

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

MAJ (FN/EUA) BRENDAN “GANDALF” LYON

A CRISE EM ESSEQUIBO

**Implicações do Conflito Para Os Países Envolvidos e a Abordagem
Estratégica e Política dos Estados Unidos da América**

Rio de Janeiro

2024

MAJ (FN/EUA) BRENDAN “GANDALF” LYON

A CRISE EM ESSEQUIBO

Implicações do Conflito Para Os Países Envolvidos e a Abordagem Estratégica e Política dos Estados Unidos da América

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Leonardo Palmeira

Rio de Janeiro

2024

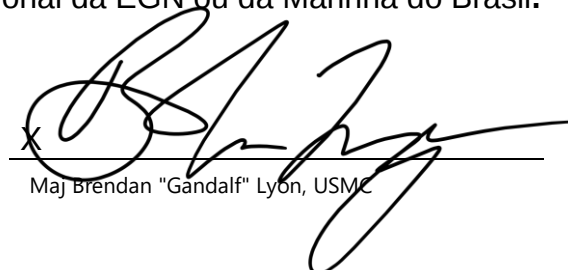
DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.



X

Maj Brendan "Gandalf" Lyon, USMC

LYON.BRENDAN.1300929911

DOD CA-65 / USMC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho acadêmico, e pela oportunidade de servir como uma parte da missão diplomática dos EUA para o Brasil pelo United States Marine Corps.

Aos meus pais, irmãos, e sogros, que me ensinaram como trabalhar e como pensar criticamente, que sempre estão me desafiando a aprender mais e entender mais, e quem sempre me apoiam.

À Escola de Guerra Naval, seus oficiais e praças, especialmente CC Bianca Ribeiro – chefe editor desse trabalho – por todo o suporte indispensável ao meu crescimento profissional e intelectual enquanto aumentando nossa amizade entre países; nossa turma vai sempre ocupar um lugar especial dentro do meu coração.

Meu padrinho do CEMOS, CC(FN) Alves de Campos, a quem serei eternamente grato pela conversas, recomendações e pela amizade e apoio durante nossos trabalhos e estudos como parte dessa grande oportunidade.

Agradeço especialmente ao meu orientador, pelas orientações corretivas e, principalmente, pela constante motivação.

Mais importante, minha gratidão eterna aos meus filhos, Eleanor, Freya, e William, e minha esposa Caitlin. Eleanor, Freya, e William, pela paciência, amor, abraços pequenos, ditas de esforço, e todas as horas em que eu precisava de ficar distante em corpo ou mente; agradeço por ser uma fonte constante de alegria e inspiração. Caitlin, pelo amor, apoio incondicional, trabalho constante, paciência eterna, disposição à minha carreira e compreensão durante todo este percurso. Tudo feito é feito juntos e todas as nossas oportunidades têm sido aproveitadas porque a família está disposta a acompanhar sempre.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é estudar e entender a crise no Essequibo entre a Venezuela e a Guiana tanto internamente quanto externamente com consideração para as maiores partidas que estão e que devem ser investidas na crise. Como parte desse estudo, vão ser discutidos a história recente e do passado desse conflito, implicações das chamadas que existem como parte da crise, e teorias sobre o ciclo de vida das grandes potenciais e mudanças de cultura que tem sido usado para aproximar um povo a guerra – tanto para apreender ações, quanto para descobrir implicações e ações possíveis. Mudanças da cultura venezuelana conseguidos pelo governo da Venezuela também serão estudados como parte do entendimento da crise que cresceu no fim do 2023. O objetivo, ao fim, é aprender a crise, analisar pelos lençóis aplicáveis, aprender implicações possíveis apresentadas pela crise, e recomendar linhas de ação para os Estados Unidos fazerem com relação a crise e para América do Sul. Essas linhas de ações têm que conseguir o aumento dos laços diplomáticos dentro da região e também têm que segurar a estabilidade da região.

Palavras-chave: Essequibo, Guiana, Venezuela, Políticas Estrangeiras, SOUTHCOM, Cultura Falsa, Diplomacia, Uma Faixa Uma Rota, Curto Internacional de Justiça, Doutrina Monroe, Potencias Grandes.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to study and understand the crisis in the Essequibo between Venezuela and Guyana both internally and externally with consideration for the major countries that are and should be invested in the crisis. As part of this study, the more recent and long-term history of this conflict will be discussed, as well as implications of the claims that exist as part of the crisis. Further, this paper considers theories about the life cycle of great powers and cultural changes that have been used to bring a people closer to war – both to apprehend actions and to understand implications and possible actions. Changes to Venezuelan culture achieved by the government of Venezuela are also studied to augment understanding of the crisis that resurged at the end of 2023. The objective, ultimately, is to understand the crisis, analyze it through applicable lenses, learn possible implications presented by it, and recommend lines of action within policy for the United States to take in relation to the crisis and for South America. These lines of action must achieve an increase in diplomatic ties within the region and must also increase the stability of the region for the future.

Keywords: Essequibo, Guyana, Venezuela, Foreign Policies, SOUTHCOM, False Culture, Diplomacy, One Belt One Road, International Short of Justice, Monroe Doctrine, Great Powers.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REGIÃO	3
2.1	GEOGRAFIA	3
3	TEORIAS APLICÁVEIS	5
3.1	KENNEDY: “THE RISE AND FALL OF THE GREAT POWERS”	5
3.2	HEDGES: “WAR IS A FORCE THAT GIVES US MEANING”	7
3.3	SINTESE MENOR DAS TEORIAS PARA O ASSUNTO	10
4	HISTÓRIA DO CONFLITO	11
4.1	O CONFLITO INICIAL	11
4.2	O RESSURGIMENTO DO CONFLITO	14
5	EVOLUÇÃO DA CULTURA VENEZUELANA DESDE CHAVEZ	18
5.1	CULTURA VENEZUELANA	18
6	ABORDAGENS E AÇÕES POLÍTICAS DOS ATORES NA REGIÃO	24
6.1	OS EUA	24
6.2	A CHINA	27
6.3	O BRASIL	29
7	RESUMO, ANÁLISE, E IMPLICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS	31
7.1	ATORES INTERNOS	31
7.2	ATORES EXTERNOS	34
8	CONCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES PARA A ABORDAGEM DOS EUA	36
	REFERÊNCIAS	i
	APÊNDICE 1: HISTÓRIAS DOS PAÍSES	v
	APÊNDICE 1.1 HISTÓRIA DE VENEZUELA	v
	APÊNDICE 1.2 A GUIANA E ESSEQUIBO	viii
	APÊNDICE 2: TEORIA ADICIONAL A CONSIDERAR: LAMBERT: “SEAPOWERS STATES”	x
	ANEXO 1: MAPAS	xiii

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo está entrando em uma segunda guerra fria. A Estratégia Nacional dos Estados Unidos da América (EUA) declara que o país agora está competindo com a China e a Rússia; sendo a China apontada como a maior ameaça. Por sua vez, a China reconheceu essa posição, declarando que sua estratégia é “um grande rejuvenescimento da nação chinesa em termos militares, econômicos e tecnológicos (United States Department of Defense, 2023).

Apesar disso, acredita-se que essas grandes potências não vão entrar guerra diretamente. Em vez disso— da mesma maneira que ocorreu na primeira guerra fria— conflitos relativamente pequenos estão confrontando diversos países, tanto na área diplomática quanto econômica e militar. Cada dia, essas potências buscam vantagens dentro do cenário geopolítico; entre essas oportunidades, as mais tangíveis e visíveis geralmente são proporcionadas por uma instabilidade regional. As guerras na Ucrânia e entre Israel e Palestina são exemplos dessa nova tendência; agora, mais uma crise tem se apresentado na América do Sul: Venezuela e Guiana, na região de Essequibo.

Maduro e o seu governo decidiram avançar com o que consideram ser agora a sua missão: o controle e a soberania sobre uma área extremamente lucrativa. Ele já declarou a sua candidatura a um terceiro mandato como presidente, seguindo os passos e o caminho traçado pelo seu antecessor, Hugo Chávez (1954-2013) – que eliminou o limite de mandato que a Venezuela tinha anteriormente. Todos os concorrentes dele têm sido aprovados pelo governo Venezuelano. Mas, a própria Venezuela ainda está numa situação econômica difícil, o que coloca pressão sobre aqueles que estão no poder político para tomarem medidas e se tornarem culpados dos problemas que apareçam. Assim, a pressão aumenta, empurrando a crise numa direção mais volátil, especialmente considerando a história da Venezuela, da Guiana, de Essequibo e das potências coloniais que oferecem um alvo fácil para aqueles que querem mudar o atual *status quo*.

O objetivo principal deste estudo é analisar a crise do Essequibo com vistas para a segurança regional e para as políticas estrangeiras entre os Estados Unidos e os países do América do Sul envolvidos na crise. O período de interesse especial para a própria região é o que começou em 1999, quando o governo Venezuelano começou a mudar a

cultura pelo Chavismo, quando o país entrou em situação de degradação. Logo depois disso, a região entrou na crise que se apresenta hoje.

Ao fim, esse trabalho tem como papel o desejo de descobrir quais implicações tem a crise para a estabilidade regional, com foco nas parcerias e políticas dos EUA com os países da América do Sul – especialmente Guiana, Venezuela e Brasil, que são partes do conflito ou compartilham fronteiras com a área de crise.

Para se cumprir tal objetivo, analisaremos a crise dentro da própria Venezuela por meio das lentes de Chris Hedges no seu tratado “War Is a Force that Gives Us Meaning”, especialmente em relação à sua análise dos efeitos dentro de uma cultura de “Falsa Cultura” – o crescimento e uso de terminologia diferente e particular, consolidação e estabelecimento de completa preeminência do poder nacional e expulsão de dissidentes vocais de dentro de uma população como parte da escalada de conflitos. A partir das perspectivas dos EUA e do Brasil – seu relacionamento entre si e os potenciais imperativos que o conflito significa para eles – pretendo vincular perspectivas de “The Rise and Fall of Great Powers” de Paul Kennedy em combinação com os acontecimentos globais atuais através de uma síntese de implicações.

Esse estudo da crise, abordará os seguintes objetivos: identificar a região, as características básicas dos países envolvidos e um pouco da história. Após, discutirá tanto as teorias que podem ser aplicadas à crise, quanto as estratégias das políticas estrangeiras entre os países envolvidos. Também abordará a história e os eventos mais recentes dos países envolvidos na crise que levaram a esse conflito e que contribuíram para crise. Atores na região serão discutidos tanto pelas ações aplicáveis quanto pelas políticas, incluindo os alvos do USSOUTHCOM¹ para uma região estável e segura. Analisará a crise e os eventos recentes que contribuíram para tal, por meio das teorias aplicáveis e estratégias de políticas estrangeiras introduzidas. Ao final, discutirá implicações para os países envolvidos e examinará opções de políticas estrangeiras e abordagens para os Estados Unidos que podem ser feitas para eliminar a crise e estabilizar a região.

¹ O USSOUTHCOM (United States Southern Command) é um dos onze comandos combatentes unificados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Sua área de responsabilidade inclui a América Central, a América do Sul e o Caribe. O comando tem a missão de planejar e conduzir operações militares, promover a cooperação de segurança e apoiar os esforços para a paz e estabilidade na região.

2 REGIÃO

Esse capítulo vai estudar a geografia da Venezuela e Guiana, tanto no aspecto físico, quanto no humano, incluindo alguns detalhes sobre os recursos na área sobre a importância estratégica da região. O Anexo 1 diz respeito ao mapa da região.

2.1 GEOGRAFIA

Ao estudar Essequibo, é preciso ter em mente que a Venezuela e a Guiana são exemplos primordiais do passado complicado que a colonização proporciona às regiões geográficas. Esses dois países são compostos por áreas que eram habitadas por numerosas tribos indígenas antes da descoberta europeia. As terras foram subdivididas ao longo de fronteiras de fato designadas, principalmente pelo fim do poder e pela presença efetiva de uma tribo e pelo início de outra. Nesse sistema, os exploradores e colonizadores europeus entraram, impuseram regras e leis estrangeiras, reestruturaram a vida social e estabeleceram fronteiras redesignadas rápida e repetidamente com base em disputas coloniais internas, na capacidade de expansão em busca de maiores riquezas e recursos e nas mudanças de poder estrangeiro à medida que os resultados das guerras europeias mudavam o centro de poder. Geralmente, essas fronteiras baseavam-se em características geográficas, divisórias maiores como montanhas e grandes rios, em vez de influência cultural como foi feito antes de colonização. (US Congress, 1897; Ishmael, 2013)

A região de Essequibo atualmente disputada é uma área rica em recursos e amplamente florestada que compreende quase dois terços do território hoje conhecido como Guiana. Os recursos incluem minerais de terras raras, reservas naturais de petróleo e hidrocarbonetos. Também, essa área tem acesso aos mares Atlântico e Caribenho – o mar que o estrategista naval A. T. Mahan nomeou como “O Mediterrâneo das Américas” com referência à geografia crítica que o representa. Por sua localização geográfica, é fundamental estrategicamente e tem sido o objeto do desejo do mais de um país. As principais características geográficas dentro da região são o rio Orinoco e seus afluentes

a oeste; o rio Essequibo e seus afluentes no centro; o rio Demarara e seus afluentes a leste; e a serra do Acaraí ao sul e sudoeste ao longo de sua fronteira com o Brasil.

A Guiana é e tem sido menos densamente povoada do que a Venezuela devido às suas histórias relativas de colonização; A Guiana tem pouco mais de 794.000 habitantes e um exército de cerca de 3.000, enquanto a Venezuela tem 32,5 milhões de habitantes e um exército de cerca de 125.000-130.000. Notavelmente, a polícia nacional na Venezuela é contada como parte das forças armadas, e o Presidente Maduro anunciou em 2022 que o seu número aumentaria de 45.000 para 100.000 em 2024 – tornando-se efetivamente metade das forças armadas. Embora a quantidade exata num determinado momento não seja conhecida fora da Venezuela, entende-se que se trata de um exército que está a crescer. Por outro lado, os números das Forças Armadas da Guiana têm-se mantido estáveis desde 2022 (Central Intelligence Agency, 2024).

A geografia humana que compreende a Venezuela é composta em grande parte por pessoas de ascendência espanhola, indígena e mista. Por outro lado, a Guiana territorialmente menor é composta por uma população que tem uma mistura de indígenas, africanos, índios, mestiços e pequenos grupos de ascendência europeia. Notavelmente, o inglês é a língua oficial da Guiana – é o único país sul-americano que tem esta língua como língua principal. Existem pequenos grupos dentro de cada país que imigraram através das fronteiras, mas são uma minoria dentro de ambas as populações (Central Intelligence Agency, 2024).

3 TEORIAS APLICÁVEIS

As teorias que seguem se aplicam à crise no Essequibo para os países envolvidos e pelas ações e abordagens em andamento. A de Paul Kennedy descreve o caminho em que as potências mundiais têm aumentado poder e caído; por sua ótica, os países envolvidos podem ser analisados para aprender as posições relativas entre eles e a trajetória de poder que estão buscando alcançar. A segunda teoria, do Chris Hedges, diz ser importante aplicar ao governo venezuelano lições para aprender que mudanças culturais estão usando para se dirigir a população e concretizar o apoio do povo venezuelano com referência à crise. Uma teoria adicional interessante a considerar encontrasse no Apêndice 2.

3.1 KENNEDY: "THE RISE AND FALL OF THE GREAT POWERS"

A principal teoria de Paul Kennedy em sua obra "The Rise and Fall of the Great Powers" gira em torno da ideia de que o poder diplomático e militar das nações é um subproduto de sua capacidade econômica. Kennedy argumenta que, historicamente, a ascensão e queda das grandes potências pode ser atribuída – e, em certa medida, projetada, prevista e controlada - por meio da sua capacidade de sustentar essas capacidades ao longo do tempo. Há uma série de exemplos históricos que ele relata no seu trabalho, e cada um dos exemplos que detalha um país ou região que desenvolveu ou executou a sua própria versão de política e crescimento com complexidades e facetas únicas. O que transparece em todos estes exemplos, porém, é que uma potência irá crescer e expandir-se inicialmente convidando estrangeiros, incentivando o comércio, melhorando a sua base cultural, educação e conceitos abrangentes de estratégia e governança, e geralmente abrindo-se a formas estrangeiras de pensamentos e novas ideias. Não muito tempo depois, expandir-se-á a si próprio e à sua influência através da conquista, mas encerrará a sua época de domínio, quer expandindo-se estrategicamente, fechando-se ao resto do mundo, ou uma combinação dos dois. Os primeiros exemplos apontados por Kennedy são civilizações que existiram com grande poder até o final do século XVII. A dinastia Ming na China, o Império Otomano, a Dinastia Safávida e os

canatos muçulmanos, o Japão feudal e o então emergente estado russo (Kennedy, 1987).

A dinastia Ming construiu e consolidou o poder numa grande área e numa das maiores populações da época – aproximadamente 100-130 milhões de pessoas numa altura em que toda a Europa detinha apenas 50-55 milhões. A dinastia era dirigida por uma burocracia confuciana bem instruída e unificada e desenvolveu sistemas confiáveis de irrigação e canais em apoio à agricultura, descobriu a impressão por meio de tipógrafos móveis e criou vastas bibliotecas, fortificou seu comércio e infraestrutura de ferro e manteve políticas - por um tempo – de comércio aberto com o resto do mundo. No entanto, em 1433, o império fechou-se ao comércio externo e ao desenvolvimento naval com um decreto imperial, virando efetivamente as costas ao mundo a favor da pressão conservadora para manter e reforçar a cultura chinesa que era vista como sendo deslocada e alterada pela influência de todos os costumes dos países estrangeiros com quem mantinham comércio. Este foco na recuperação do passado acabou por eliminar a capacidade chinesa de desempenhar um papel na influência dos assuntos externos ou na construção de um futuro melhor para si (Kennedy, 1987).

Os Estados Muçulmanos controlaram vastas áreas – para além mesmo das do Império Romano – no seu apogeu, e durante algum tempo foram uma das principais preocupações na Europa e no que era conhecida na época como Cristandade. Na verdade, eles próprios puseram fim aos vestígios finais do Império Romano com a queda de Constantinopla nas mãos dos turcos otomanos em 1453. Embora vários canatos muçulmanos tenham tomado e controlado partes do mundo, como a Índia, no seu auge, o Império Otomano foi certamente o principal exemplo e maior poder entre eles. Durante algum tempo, os otomanos expandiram-se rapidamente e aumentaram o seu exército e a sua marinha em termos de tamanho e tecnologia e, portanto, também de eficácia e capacidade globais. Fê-lo incorporando tecnologia, táticas e experiência estrangeiras nas fileiras dos seus militares – canhões turcos e janízaros cristãos, por exemplo. No entanto, eventualmente, o Império Otomano caiu ao estender excessivamente os limites dos seus exércitos ao longo de vastas fronteiras, sem o progresso económico dentro das suas fronteiras para apoiar as forças relativamente massivas que detinha na altura, e também teve de lidar com a turbulência interna após a ruptura entre seitas muçulmanas xiitas e

sunitas. O império voltou-se para dentro para travar uma guerra cultural e civil, em que a resposta predominante à ruptura xiita foi um endurecimento das opiniões contra o que se pensava ser a sua verdadeira raiz – o pensamento livre (Kennedy, 1987).

Esta tendência, estabelecida no início do trabalho de Kennedy, é uma componente chave para compreender a situação em que os Estados Unidos se encontram hoje, tanto a nível global como ao abordar a crise em Essequibo. Kennedy relaciona-se através dos países acima mencionados e com mais exemplos ao longo dos séculos. O caminho para o domínio global que ele descreve é quase estereotipado – tal como o é o declínio e a queda das potências dominantes que devem investir continuamente em investigação, desenvolvimento, tecnologia, inovação e modernização para acompanhar as mudanças e desafios globais.

Os Estados Unidos tornaram-se uma potência econômica antes de serem reconhecidos como a principal potência militar global. Aconteceu após décadas de turbulência interna causada em grande parte pelo pensamento livre e pelo processo de auto-estabelecimento, pela abertura às ideias e ao comércio estrangeiros, e por uma política geralmente acolhedora dirigida àqueles que desejavam tentar encontrar um novo lar ou uma vida melhor. No entanto, embora o ponto principal de Kennedy seja demonstrar que quando as nações vão além das suas possibilidades, como através de gastos militares excessivos ou de um crescimento econômico insustentável, correm o risco de se enfraquecerem a longo prazo, a parte mais aplicável do seu argumento a favor dos Estados Unidos surge a forma de identificação de alguns dos fatores que levaram a esse declínio. Essas grandes potências que caíram voltaram-se para dentro, concentrando-se na tentativa de manter a sua cultura e elevar os interesses econômicos internos e as indústrias acima da participação internacional e da globalização. Com efeito, isso isola-os do mundo lentamente, mas seguramente e corrói a sua capacidade de avançar e competir em favor daqueles que ocupam o vazio que o poder está a deixar.

3.2 HEDGES: “WAR IS A FORCE THAT GIVES US MEANING”

Em seu tratado “War Is a Force That Gives Us Meaning”, Chris Hedges relata uma série de atrocidades, mentiras, movimentos culturais e equivalências morais usadas para

instigar e validar conflitos tanto América do Sul quanto Europa Oriental ao longo de duas décadas de jornalismo em zonas de guerra durante o século XX. Um dos seus pontos-chaves é que a “Verdadeira Cultura”, como ele a chama, tem que ser evitada por poder— geralmente o governo, mas pode ser de forças paramilitares, terroristas ou movimentos populares liderados por extremistas — e silenciada para que a guerra ocorra.

“Cultura Verdadeira” é relacionada em todo o seu trabalho como sendo o crescimento progressivo do conhecimento e da compreensão dentro de uma cultura com diálogo aberto, ao mesmo tempo que honra os costumes, normas e tradições nela contidas. O crescimento, por sua vez, gera leis e proteções dentro de uma sociedade para se fazer mais seguro e respeitoso. Porém, essa evicção da cultura é bastante importante e os que vão acionar isso também vão conseguir em diferentes maneiras. Apesar das maneiras, no entanto, sempre o objetivo é o mesmo: desumanizar o inimigo daqueles que querem poder e guerra, e excluir as vozes da razão ou desacordo com o jeito deles que existem dentro da cultura (Hedges, 2002).

Chris Hedges aponta para este tipo de redefinição cultural ao longo do seu tratado como o método principal pelo qual várias seitas vão à guerra. Ele relata como surgiram as seitas na Europa Oriental na década de 1990, particularmente na ex-Iugoslávia. Como os conflitos nesta área foram eles próprios uma série de guerras civis, os incidentes culturais espelhados fornecem uma lente particularmente apropriada por meio de qual se aborda a escalada do conflito dentro de uma sociedade como a da Venezuela. Hedges relata casos, por exemplo, em que as várias religiões, igrejas nacionais, e líderes religiosos – católicos, muçulmanos e ortodoxos – serviram como serviços de transmissão voluntários e ferramentas para reforçar mensagens nacionalistas que os vários governos estavam a transmitir aos seus cidadãos e a qualquer pessoa que pudesse ouvir. Reforçaram as atrocidades cometidas à cultura dentro das suas fronteiras e congregações, fomentando o medo e o ódio daqueles que viviam fora do território de origem. Por isso, serviram para promover mitos nacionalistas sobre qual era a cultura mais antiga ou mais virtuosa como uma parte do tema de cada parte política do conflito, reforçando ódio de um grupo para o outro (Hedges, 2002).

Assim como podem ser usados para reforçar a argumentação do Estado ou dos líderes do movimento, as igrejas e congregações que possam ter a audácia de discordar

são difamadas pelo governo ou pela liderança em questão, de modo que a maioria da população volta as suas mentes contra eles. Com o tempo, esses grupos contra as narrativas do Estado serão expulsos de uma forma ou de outra – por lei e prisão, por pressão pública e castigos, ou por meios mais subversivos, criminosos ou permanentes.

Durante a guerra civil iugoslava, audiências dentro do governo e de grupos intelectuais importantes foram oferecidas aos líderes da igreja de preferência do estado ou do grupo em controle numa área ou cidade, enquanto todos os outros tiveram acesso negado. A mensagem entre a Igreja que tem concordado com o poder do momento e o Estado foi elaborada cuidadosamente, engrandecida onde for conveniente e retransmitida diariamente em todos os locais disponíveis ao público (Hedges, 2002).

Além disso, Hedges relata que os estados envolvidos nesses conflitos chegaram ao ponto de criar um contexto histórico para os seus grupos étnicos, ao mesmo tempo que expulsavam tudo o que consideravam ter raízes nas culturas dos seus inimigos. Novas palavras foram introduzidas no léxico de cada grupo étnico pelo seu governo, enquanto palavras consideradas – com ou sem base factual – como tendo raízes em outras culturas foram totalmente retiradas de uso. Em certos casos, foram aplicadas multas pelo uso de certas palavras e frases; em outros, o povo fez justiça com as próprias mãos para punir aqueles que negligenciaram o seu dever e mantiveram o seu suposto antigo léxico. Essa última coisa, quando aconteceu, significa a verdadeira vitória da “Cultura Falsa” e dos seus próprios criadores. A cultura foi efetivamente transformada em arma para criar uma divisão tão ampla quanto possível, e uma demonização tão pesada quanto possível, permitindo a justificação de qualquer violência que possa atingir aqueles que estão fora de um determinado grupo (Hedges, 2002).

Tanto importante quanto o espalhamento das mensagens críticas sobre os supostos inimigos e os crimes deles contra o povo ou país é a evicção das vozes que existirem contra a cultura falsa. Hedges aponta dentro do trata dele especialmente para professores que tentaram dar voz à razão durante o crescimento e propagação da guerra, todos os quais foram afastados dos seus cargos e rejeitados pela sua própria cultura. Ele aponta duas épocas em que isso aconteceu, para destacar seu ponto de vista de forma

mais eficaz (Hedges, 2002). Na década de 1950, quando Josip Tito chegou ao poder², Hedges relata que “os departamentos foram expurgados de professores que se recusaram a ensinar disciplinas como “Marx e Biologia” e a aderir à doutrina do partido”. Mais tarde, ele afirma que “após a morte de Tito... o departamento de história, cheio de nova ortodoxia, estava exaltando a cultura bizantina e usando-a como uma ferramenta para atacar a democracia liberal ocidental” (Hedges, 2002, p. 54). Não importa qual seja o país ou a época, parece que este fechamento do pensamento acadêmico é um dos postigos finais para assegurar a eclosão da guerra.

3.3 SÍNTESE MENOR DAS TEORIAS PARA O ASSUNTO

Quando combinadas, essas teorias fornecem uma lente adequada para abordar a crise no Essequibo, tanto para melhor compreendê-la e a trajetória mais provável que tomará, quanto para sugerir ações que deveriam ser tomadas pelos Estados Unidos em referência a outros atores e a crise em geral. Hedges oferece uma oportunidade para compreender as questões “por que” e “para onde vai” em relação à crise de Essequibo. Esta é a melhor lente que os EUA podem utilizar na interpretação e gerenciamento do conflito, desde que também compreendam a história dos países, as atuais ações na região, os desejos governamentais que deram origem à crise e, em particular, as mensagens e mudanças culturais que o governo venezuelano está utilizando para atingir os seus objetivos estratégicos. Estes serão apresentados resumidamente posteriormente. Kennedy relata um argumento poderoso que os EUA deveriam aproveitar para compreender a sua posição atual e os caminhos que lhe são traçados à medida que procuram opções e soluções dentro do conflito e para a segurança regional. Os EUA devem considerar esses lençóis em relação à política e à cultura, às oportunidades e ameaças na região, o papel dos EUA e o do outro ator importante com interesses na região e no conflito: a China.

² Josip Tito foi o líder comunista da República Socialista da Iugoslávia 1943-1980. (Encyclopedia Britannica, 2024)

4 HISTÓRIA DO CONFLITO

Nesse capítulo, será abordado o conflito cercando o Essequibo. Principal entre os assuntos serão discutidos o conflito inicial e o ressurgimento do conflito para a vanguarda do foco da região.

4.1 O CONFLITO INICIAL

Ao longo da história, tribos indígenas Sul-Americanos existiram por toda parte e através de fronteiras soberanas eventualmente estabelecidas entre a Venezuela e a Guiana. Após a colonização, as potências coloniais estabeleceram postos, fortes e cidades, cada um com esferas de influência enquanto operava. Esse sistema de fronteira de fato cresceu com a chegada de mais europeus das várias potências colonizadoras até que essas potências começaram a se enfrentar em competição por espaço e recursos. Por mais de 300 anos, mapas com aproximações de geografia e reivindicações das várias potências coloniais permaneceram o status quo. Às vezes, reivindicações eram feitas através de fronteiras com base em ataques, danos e injustiças infligidas umas às outras também. Em breve, controle regional era alcançado em grande parte como resultado da presença e capacidade militar entre os britânicos, holandeses e espanhóis. Em 1840, logo após o controle britânico total da área e a independência venezuelana terem sido alcançados, o explorador e agrimensor Robert Schomburgk foi nomeado pelo governo britânico para definir formalmente os limites da Guiana Britânica; o mapa resultante produzido por Schomburgk fornece a linha que delimita a fronteira entre a Venezuela e a Guiana que os britânicos reivindicam. Notavelmente, Schomburgk incluiu áreas que ele pesquisou além de sua linha que ele acreditava que o governo britânico poderia reivindicar como seu território, incluindo áreas até o rio Orinoco (Ishmael, 2013).³

O conflito sobre o Essequibo com a Venezuela começou formalmente em 1841, quando a Venezuela dirigiu um protesto formal ao governo britânico sobre postos em um tributário do rio Orinoco. Os britânicos admitiram que estes não faziam parte de sua

³ O rio Orinoco é dentro à Venezuela hoje. Ler mais sobre as histórias dos países em Apêndix 1.

reivindicação e somente das áreas extras de Schomburgk e os abandonaram, como desejado pelo governo venezuelano, em favor da linha Schomburgk. Isso permaneceu como o status quo até que o ouro foi descoberto na região de Essequibo pelos britânicos em 1876; outras reivindicações para a região pesquisada e incluída como território britânico 36 anos antes foram arquivadas pela Venezuela após esta descoberta. Eventualmente, as tensões aumentaram até romperam as relações internacionais. Depois, a Venezuela trabalhou amplamente com o governo dos Estados Unidos, então amigável, para representar seus interesses para a Grã-Bretanha no caso de arbitragem⁴ para a área de Essequibo como parte da Doutrina Monroe.⁵ O trabalho dos EUA em nome da Venezuela foi eventualmente bem-sucedido em um ponto significativo: a Grã-Bretanha concordou depois de algum tempo em ter a área — e as fronteiras de ambos os países — decididas por arbitragem de um tribunal internacional. A Grã-Bretanha inicialmente não estava disposta a concordar com essa resolução, pela qual a Venezuela repetidamente fez lobby e permaneceu a favor por várias décadas (Ishmael, 2013).

Relatórios foram criados pelo Congresso dos Estados Unidos e pelos governos da Grã-Bretanha e Venezuela em preparação para arbitragem no final do século XIX e submetidos ao painel de arbitragem de Paris. A reivindicação da Venezuela, notavelmente, referenciou como provas do seu próprio argumento o mapa final da Venezuela criado pelos Espanhóis em 1810. Esse mapa incluía todas as terras do Rio Orinoco a oeste até o rio Essequibo e a Amazônia — incluindo partes do que era então e é agora território soberano do Brasil⁶ — devido à sua alegação de que essas áreas eram espanholas antes da guerra de independência da Venezuela liderada por Simón Bolívar. A Grã-Bretanha alegou, por sua vez, que o território em disputa era compartilhado entre os nativos e os holandeses, amigavelmente, e defendido dos

⁴ Isso parece seguir o eterno ditado de Tucídides sobre as Guerras do Peloponeso e a história em geral. A seção de interesse em particular diz respeito à tomada da ilha de Melos e, em seguida, à subsequente destruição, erradicação e escravização do povo Meliano pelos Atenenses: os fortes farão o que quiserem, e os fracos suportarão o que tiverem que suportar. A Venezuela é maior e mais forte, pelo menos militarmente, do que a Guiana, mas não do que o Brasil. Ironicamente, o lado mais fraco disso foi a posição em que a Venezuela se encontrou durante a controvérsia original, o que contribuiu fortemente para que ela alcançasse os EUA para dar peso na representação contra uma Grã-Bretanha mais forte.

⁵ A Doutrina Monroe foi chamada pelo presidente dos EUA 1817-1825, e englobou uma política dos EUA de se-interesse em e proteger as Américas dos interesses coloniais da Europa.

⁶ De fato, durante a mesma época, o Brasil também estava na fila internacional com argumentação que o Essequibo foi parte do Brasil, e nem de Venezuela nem Guiana.

espanhóis regularmente durante o curso da história por ambos os grupos até que os Holandeses concederam sua colônia aos Britânicos após conflitos europeus durante o século XIX (Ishmael, 2013). Por fim, o painel internacional de arbitragem decidiu em grande parte a favor da Grã-Bretanha:

De acordo com o Tratado de Arbitragem entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da Venezuela, assinado em 2 de fevereiro de 1897 em Washington 2 (“Tratado de Washington”), a Sentença de 1899 foi “uma solução completa, perfeita e final” de todas as questões relativas a determinando a linha de fronteira entre a colônia da Guiana Inglesa e a Venezuela.⁷ (Tribunal Internacional de Justiça, 2018; tradução nossa).

A decisão incluiu requisitos que ambos os países estabelecerem comissões juntos para demarcar as fronteiras oficiais. A fronteira oficial entre países foi estabelecida em 1905 por essas comissões e concordado por ambos os lados do trabalho; a linha de Schomburgk composto a maioria dessa fronteira, com pequenas exceções.

A Venezuela aceitou esta decisão no momento em que foi tomada; no entanto, isso nem sempre seria o caso. Ao longo do tempo, surgiram detalhes de que o tribunal pode ter sido favorável à Grã-Bretanha, e a Venezuela discordou disso - embora seja difícil provar o nível de preferência e se essa tiver um efeito na decisão com certeza, e este tipo de sentimento pode ser encontrado em muitos processos judiciais ao longo da história do lado perdedor. Em 1966, quando a Grã-Bretanha iniciou o processo de reconhecimento da Guiana como nação independente, a Venezuela contestou a decisão e pressionou por uma resolução da ONU para reestruturar a fronteira. A Grã-Bretanha concordou com isso; no entanto, a Guiana não o fez e manteve a adesão à decisão do TIJ imposta anteriormente.⁸ Em última análise, a ONU decidiu criar uma comissão com representantes da Guiana e da Venezuela para abordar a questão. Incluída no texto desta resolução estava uma medida pela qual, se a comissão não fosse capaz de resolver totalmente a questão, ela seria novamente encaminhada ao Tribunal Internacional de Justiça para resolução – onde reside hoje.

⁷ Texto original: “Pursuant to the Treaty of Arbitration between Great Britain and the United States of Venezuela, signed 2 February 1897 at Washington 2 (“Washington Treaty”), the 1899 Award was “a full, perfect, and final settlement” of all questions relating to determining the boundary line between the colony of British Guiana and Venezuela.” (International Court of Justice, 2018)

⁸ Essa traz as suas próprias questões complexas sobre a pergunta seguinte: se uma potência colonizadora deveria ser capaz de obrigar um país no processo de alcançar a sua independência a requisitos após o início da independência desse país.

4.2 O RESSURGIMENTO DO CONFLITO

Recentemente, a questão voltou ao primeiro plano da política venezuelana e, posteriormente, à atenção global. Em 4 de dezembro de 2023, o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, fez uma votação dentro da Venezuela sobre a anexação do Essequibo. Como parte dessa votação, a Venezuela está se referindo à mesma reivindicação feita à panela de arbitragem internacional no final do século XIX e, portanto, ao mesmo mapa e fronteiras de delineamento ali delineados – que tecnicamente incluíam partes do Brasil. No entanto, a Venezuela, nomeadamente, não está atualmente a reivindicar as terras do seu maior e mais poderoso vizinho do sul, apesar de fazer referência ao mapa e às reivindicações da iteração anterior desta crise.

O governo venezuelano reivindicou a vitória nesse referendo dentro do país, que foi liderado por várias semanas de propaganda e campanhas públicas a favor da reivindicação da área. Foram feitas alegações do governo de Maduro de que mais de 10 milhões de eleitores tiveram a sua voz ouvida – o que representa cerca de metade da população eleitoral elegível na Venezuela. Várias agências de notícias contestaram a veracidade da votação e o número de venezuelanos que compareceram para votar – na verdade, vários repórteres entregaram relatos de testemunhas oculares de assembleias de voto relativamente vazias em todo o país. Além disso, o governo venezuelano seguiu esta votação com detenções em massa dos venezuelanos que alegadamente se opunham à anexação – um sinal revelador da abordagem adotada por Maduro e pela sua administração na abordagem à dissidência sobre a questão de Essequibo (Sharp, 2023).

Apesar disso, logo depois de votação, em abril 2024, Maduro criou um lei para incorporar a região da Guiana sub controle da Venezuela. A região é rica em recursos— particularmente petróleo, descoberto lá pela empresa norte-americana ExxonMobil em 2015 (News Wires, 2024). A ExxonMobil tem investido um grande nível de recursos na região para extrair o óleo, e Guiana tem visto um aumento significativo no seu Produto Interno Bruto (PIB) nos anos desde o descoberto. Especificamente, durante 2022, o ano em que o PIB aumentou maior recentemente, PIB aumentou 63.38% (MacroTrends,

2024); 2023—o último ano com dados completos até agora—viu aumento adicional 38% (Monteiro, 2024). Essa mudança representa uma alteração na balança das potências econômicas no nordeste da América do Sul favorável à Guiana, e durante um período em que a Venezuela está experimentando uma crise grande de economia.

Um pouco mais tarde, em 14 de dezembro de 2023, o Brasil conseguiu intermediar um encontro entre Venezuela e Guiana em que ambos os países assinaram a Declaração de Argylle. No âmbito deste acordo, ambos os países concordam em não ameaçar o uso da força militar, de modo a evitar qualquer tipo de escalada militar iminente ou acidental ou conflito no terreno dentro do Essequibo. Além disso, concordaram em estabelecer comissões conjuntas para resolver a questão da disputa fronteira sem escaladas de força e conflito; essas comissões têm liberdade de apresentar seus próprios argumentos em um tribunal internacional, como aconteceu com a disputa principal no fim do século XIX. A Guiana reafirmou que depende do tribunal internacional de justiça para resolver a questão no âmbito deste acordo, enquanto a Venezuela afirmou que pretende resolver a questão de forma direta e diplomática e especificamente bilateralmente – ou seja, sem as intervenções de países externos. Essa mudança marcante é digna de nota, pois relaciona-se diretamente com o fato de a Venezuela ter mudado completamente da sua posição anterior de pedir aos EUA que atuassem como seu interlocutor, a fim de dar peso às reivindicações venezuelanas na resolução original do litígio (Christopher Hernández-Roy, 2024).

Apesar deste acordo para uma resolução diplomática pacífica, a Venezuela já tem dito que eles não reconheceram a autoridade do Tribunal Internacional e também tem agido contra as ordens enviadas pelo Tribunal Internacional de Justiça. No dia 1 dezembro 2023, quando o país conduziu a votação sobre o Essequibo de 3 ao 4 dezembro 2023, e mais tarde também com as ações que seguiram a votação dentro do governo venezuelano para estabelecer uma zona militar para “defender” a área do Essequibo, e mais tarde para incorporar a região como estado venezuelano. Nessas ordens específicas, o tribunal internacional decidiu que:

1. A Venezuela não prosseguirá com o Referendo Consultivo previsto para 3 de dezembro de 2023 na sua forma atual...A Venezuela também não incluirá no “Referendo Consultivo” planejado, ou qualquer outro referendo público, qualquer questão que invada as questões jurídicas a serem determinado pela Corte em sua Sentença de Mérito, incluindo (mas não se limitando para):

- (a) A validade jurídica e o efeito vinculativo do Prêmio de 1899;
 - (b) Soberania sobre o território entre o rio Essequibo e a fronteira estabelecido pelo Prêmio de 1899 e pelo Acordo de 1905; e
 - (c) A suposta criação do Estado de 'Guayana Esequiba' e qualquer medidas, incluindo a concessão de cidadania venezuelana e nacional carteiras de identidade.
4. A Venezuela não realizará quaisquer ações destinadas a preparar ou permitir a exercício de soberania ou controle de fato sobre qualquer território que tenha sido concedido a Guiana Britânica na Sentença Arbitral de 1899.
5. A Venezuela abster-se-á de qualquer ação que possa agravar ou ampliar a disputa perante o Tribunal ou dificultar a sua resolução.⁹ (Tribunal Internacional de Justiça, 2023; tradução nossa).

Adicionalmente, Venezuela lançou uma campanha de reforço militar dentro do Essequibo que se enquadra numa estratégia chamado “Compelência”. A “Compelência” é definida como sendo uma combinação de medidas de incentivo diplomático e ameaças militares usadas para coagir um oponente à submissão e acordo com um estado final desejado – o entendimento básico é o de “pau e cenoura”. A abordagem declarada mais pacífica da Venezuela delineada acima relativamente ao desejo de uma solução diplomática direta e bilateral aparece como a cenoura neste cenário. O problema seria o fato da Venezuela ter acrescentado tropas e equipamento militar à ilha de Anacoco, no rio Cuyuni, dentro da área atribuída à Guiana na arbitragem de 1899. A ilha de Anacoco foi tomada pela Venezuela em 1966, logo após a declaração da independência da Guiana em Londres. Parte da apreensão consistiu na construção de uma base militar; imagens recentes revelam que recursos militares adicionais, como veículos blindados anfíbios de transporte de pessoal - importantes para operações e travessias ribeirinhas - helicópteros, tanques e um número crescente de pessoal foram transferidos para a região, enquanto a construção de uma base de tanques declarada para treinamento na selva também foi realizada. Além disso, também foram realizadas obras de travessia de rios na área para permitir a movimentação mais rápida de mais tropas e equipamentos

⁹ Texto original: “Venezuela shall not proceed with the Consultative Referendum planned for 3 December 2023 in its present form...Nor shall Venezuela include within the ‘Consultative Referendum’ planned, or any other public referendum, any question encroaching upon the legal issues to be determined by the Court in its Judgment on the Merits, including (but not limited to): (a) the legal validity and binding effect of the 1899 Award; (b) sovereignty over the territory between the Essequibo River, and the boundary established by the 1899 Award and the 1905 Agreement; and (c) the purported creation of the State of ‘Guayana Esequiba’ and any associated measures, including the granting of Venezuelan citizenship and national identity cards. 4. Venezuela shall not take any actions that are intended to prepare or allow the exercise of sovereignty or de facto control over any territory that was awarded to British Guiana in the 1899 Arbitral Award. 5. Venezuela shall refrain from any action which might aggravate or extend the dispute before the Court or make it more difficult to resolve.” (International Court of Justice, 2023).

mais pesados. No mesmo tempo, A Venezuela também está aumentando o número total das forças armadas; em 2020, Maduro adicionou as policiais da Venezuela às forças armadas. Desde essa ação tem sido aumentando o número das policiais e, porém, as forças armadas (CIA, 2024). Essas aumentas também é digno de nota dentro do conceito de Compelência, uma vez que foi transmitido através de canais oficiais venezuelanos e de numerosos relatos militares venezuelanos individuais, pois fornece um “pau” grande, barulhento e muito tangível a ser percebido regularmente pelo governo da Guiana (Christopher Hernández-Roy, 2024).

Essas ações, juntos com os relatórios, repórteres, e agências que escreveram sobre a votação e o assunto dentro da Venezuela, apontam para o que poderia ser uma possibilidade ainda mais preocupante para a região como a verdadeira razão para a questão a ser levantada: parece que o governo de Maduro dos anos recentes tornou-se menos receptivo ao povo venezuelano, depois de muita crise no país, e está menos atento às suas necessidades e desejos. Por causa disso, Maduro pode ter percebido que está numa posição precária dentro do seu próprio país; ele também percebeu que precisa de dar aos venezuelanos uma narrativa para apoiar, algo baseado no nacionalismo, a percepção da Venezuela como vítima das injustiças do passado, e no orgulho nacional, que os levará a concentrar-se noutro lugar que não nele e no seu governo. Estão a construir uma capacidade de agir com força para além das suas próprias fronteiras, e também uma narrativa dentro da cultura que aceitaria o conflito armado como um caminho para um futuro melhor e uma continuação orgulhosa do seu passado glorioso, que será discutido em breve. Existe uma ideia que a existência de uma guerra serve para apoiar o governo que a começou, que vai ajudar o governo do Maduro na concretização da influência, garantindo mais poder sobre a população. Tudo isto pode ser visto mais plenamente se olharmos para a história recente da política venezuelana e para a mudança cultural que impulsionou os movimentos que levaram e mantiveram Hugo Chávez e Nicolás Maduro ao poder.

5 EVOLUÇÃO DA CULTURA VENEZUELANA DESDE CHAVEZ

Nesse capítulo, será discutido o movimento cultural dentro da Venezuela nos últimos 20 anos. As mudanças resultadas desse movimento foram dirigidas com foco do governo através desses anos; a abordagem do governo será incluída como parte.

5.1 CULTURA VENEZUELANA

O movimento que culmina agora na crise do Essequibo é o resultado de uma mudança cultural longa e constante na Venezuela feito pelo governo embaixo qual a Venezuela tem visto restrições civis, violações grandes de direitos humanos, desaparecimentos de muitas pessoas, piorando padrões de vida, e concretização do poder e controle do governo. Essa mudança centrou-se em grande parte na mitificação do passado e na culpa de forças externas pelos problemas dentro da Venezuela que começaram quando Hugo Chávez chegou ao poder com sucesso em 2002. Esta tentativa bem-sucedida de liderança seguiu-se ao seu fracassado golpe militar de fevereiro de 1992; no entanto, em última análise, também resultou das condições que conduziram ao golpe e da má gestão do mesmo pelo governo da época na Venezuela. Um componente crítico foi o facto de o governo ter exigido que o discurso de rendição de Chávez fosse transmitido em direto para a nação – cortando todas as transmissões em todas as televisões e transmitindo apenas a mensagem do governo, que é um poder que o governo venezuelano mantém e ainda utiliza até hoje. Durante o discurso, Chávez pareceu bastante fotogênico e amigável, mas firme em suas crenças; ele logo se tornou uma figura popular conhecida que apareceu como uma pessoa do povo. Além disso, ele apenas declarou que estava desistindo por enquanto de seu discurso, o que começou a construir em torno dele um movimento de natureza política. O golpe em si foi orquestrado em resposta à contínua deterioração da situação económica e política na Venezuela na altura, onde a corrupção política era desenfreada e óbvia, e a Venezuela média sentia-se insignificante e desconhecida pelo seu governo. Chávez apareceu como uma alternativa e como um farol de esperança ao apelar ao regresso ao que chamou de ideais

bolivarianos e à era de sucesso que Bolívar conduziu para a Venezuela (Neumann, 2022).

Após dois mandatos que se estenderam de 1999 a 2012, Chávez alterou com sucesso a constituição da Venezuela para permitir um terceiro mandato presidencial. Ele concorreu e foi eleito para um terceiro mandato, mas aparentemente morreu de câncer logo após o início do mandato em 2013. Os preços do petróleo cresceram e proporcionaram receitas consideráveis à Venezuela durante sua presidência - as exportações de petróleo forneceram mais de 90% do total das exportações durante seu tempo —mas o governo acabou por não conseguir traduzir este boom relativo num progresso social e económico que garantiria um futuro melhor para a Venezuela como um todo. Durante o seu mandato, supervisionou uma série de projetos importantes em termos de infraestrutura e economia, tendo isso como objetivo nominal; no entanto, a forma como a sua administração executou políticas e projetos acabou por tornar o venezuelano médio menos autossuficiente e mais dependente do governo para necessidades básicas, meios de subsistência, serviços e qualidade de vida em geral (Neumann, 2022).

Primeiro, Chávez continuou o controlo estatal da maioria dos meios de comunicação social no país, tanto direta como indiretamente. Diretamente, como mencionado acima, Chávez conquistou e implantou a liderança em múltiplas estações, manteve a capacidade de cessar ou interromper todas as transmissões em todas as estações e utilizou essas capacidades para iniciar e transmitir regularmente o seu programa, *Aló Presidente*. O programa transmitia principalmente longos solilóquios de Chávez com sua opinião sobre os acontecimentos atuais e tudo o que estava em sua mente, algumas contribuições do público aqui e ali, e vários itens e locais de interesse que serviram para demonstrar ou reforçar a perspectiva de seu governo sobre o progresso, a eficácia governança, o país e o mundo. Estas transmissões aconteciam de forma regular e irregular, portanto, a qualquer momento durante a semana, os venezuelanos poderiam ver e ouvir mensagens do governo transmitidas com contribuições e interesses puramente governamentais refletidos (Neuman, 2022). O programa era popular, tal como Chávez, mas a popularidade não constitui uma base para padrões éticos e morais, nem torna inerentemente as mensagens verdadeiras ou

honestas. É uma ferramenta poderosa que pode ser aproveitada e, de facto, continuou a ser aproveitada em benefício do governo – tal como se pretendia quando o então governo transmitiu o discurso de derrota de Chávez em 1992. Ele e Chávez em geral também reforçaram regularmente as ideias de um regresso à era maravilhosa e bem-sucedida de Simón Bolívar, quando a Venezuela liderava a América do Sul e era uma terra de abundância para todos (Neuman, 2022; Ferrer, 2023).

Em segundo lugar, e na continuação do impulso ao idealismo bolivariano e ao regresso à prosperidade venezuelana para todos os venezuelanos, o governo de Chávez confiscou ou comprou várias porções da indústria privada, da banca, da agricultura e de infraestruturas críticas, como água, energia, mineração, petróleo, e empresas e fornecedores de gás natural. Entre eles estavam o Banco Federal e o Banco de Venezuela, uma empresa da Cargill inc. moinho de arroz, Fertinitro e seus 200.000 hectares de terra (o então maior produtor de fertilizantes do mundo), projetos administrados e gerenciados pela ExxonMobil e ConocoPhillips, 11 plataformas de petróleo de propriedade e administradas pela Helmrigh & Payne, um projeto de injeção de gás da Williams Cos Inc, minas de ouro de empresas internacionais e muito mais (Reuters, 2012). Uma vez assumidas, as empresas e indústrias teriam regularmente a sua liderança e administração removidas e substituídas por amigos e aliados do governo Chávez. Esses indivíduos normalmente não possuíam as qualificações ou a experiência para administrar, gerenciar ou manter com sucesso a indústria e a infraestrutura crítica, e não era incomum que trouxessem seus próprios amigos, por sua vez, para trabalhar nos cargos pelos quais eram responsáveis pela supervisão. Com o tempo, isto significou que pouco foi feito para melhorar ou garantir muito do que fornecia ao venezuelano médio energia, alimentos, água e muito mais; eventualmente, o desastre estava prestes a acontecer (Neuman, 2022, pp. 45-167).

Indiscutivelmente a face mais crítica do controlo governamental, a apreensão e o controle governamental do sistema bancário foram nominalmente feitas num esforço para controlar a inflação e definir os preços, para além do acima mencionado ideal de devolver o país ao sucesso e à liderança bolivariana. Isto desestabilizou e desvalorizou a economia à escala global, uma vez que outros países não podiam confiar nas trocas que fariam por bolívares (moeda venezuelana), ao mesmo tempo que permitiu - por um curto

período de tempo - algum controlo de preços, mercadorias, importações, Internet, energia, e mais ainda para que tudo pudesse ser acessível às pessoas nas faixas de renda mais baixas. Também criou um mercado negro para dólares controlados pelo governo, que tinham de ser usados para comprar quaisquer bens internacionais. Naturalmente, aqueles mais amigáveis e familiarizados com o governo tiveram acesso mais fácil aos dólares através da familiaridade com os processos, formulários e aqueles que controlavam o acesso aos dólares. Utilizavam frequentemente este acesso para vender esses dólares a uma taxa mais elevada no mercado negro, obtendo ao mesmo tempo um lucro significativo – depois davam a volta e aumentavam novamente esse lucro, negociando parte dele por mais dólares. Além disso, o governo, como proprietário do sistema bancário e monetário, foi capaz de imprimir dinheiro livremente, pagar salários, comprar empresas privadas nos casos em que não as confiscaram completamente, distribuir pensões, fornecer rendimento básico à população e – por um período de tempo, enquanto os preços do petróleo estavam bons – oferecem o benefício de subsídios de férias para os venezuelanos viajarem para o estrangeiro. No longo prazo, isto significou que a propriedade do sistema bancário e a oferta de dinheiro permitiram ao governo escolher vencedores e perdedores dentro do seu sistema económico e criar uma dependência crítica da população em relação ao governo, que possuía os meios de sobrevivência e poder de compra (Neuman, 2022, pp. 60-147; Ferrer, 2023).

À medida que a vida de Chávez chegava ao fim, os preços do petróleo começaram a vacilar e a economia e o povo venezuelano começaram a sentir o impacto que o sistema em breve iria impor. O idealismo bolivariano ainda era forte no país, como provou a sua eleição para um terceiro mandato. Antes de falecer, Chávez nomeou Nicolás Maduro como seu sucessor; Maduro viu os benefícios da manutenção do chavismo (o apelo ao idealismo bolivariano combinado com a forma como Chávez e a sua administração o implementaram) e manteve uma capacidade semelhante de controlo e trajetória do governo e da política. No entanto, as exportações primárias do país caíam ainda mais na administração de Maduro, à medida que os preços do petróleo caíssem, outros países descobrissem as suas próprias reservas e embargos fossem implementados com base no sistema governamental e em apreensões, alegações de abusos dos direitos humanos e ações de indivíduos e governo dentro da Venezuela como um todo. Isto proporcionou

uma crise económica que foi combinada com a escassez nacional de importações, combustível e alimentos para proporcionar uma situação desastrosa para o venezuelano médio. A situação agravou-se ainda mais quando, em 2019, uma crise de energia eléctrica retirou a eletricidade de todo o país. A energia foi restabelecida na capital em cerca de 24 horas, mas a segunda maior cidade não recuperou a energia durante 5 dias e algumas partes do país precisaram de meses. Posteriormente, a energia continuou a ser racionada e o acesso permaneceu errático – e está totalmente sob controlo do governo. Isto foi atribuído aos incêndios florestais resultantes de uma seca massiva, bem como à falta de gestão e manutenção experientes da rede eléctrica por parte de alguns dos que geriram o sistema e através de análises externas adicionais, embora também tenha sido denunciado como um ataque internacional por a administração Maduro e atribuída principalmente aos EUA (Neuman, 2022, pp. 7-136; Ferrer, 2023).

Ao longo do seu mandato, Maduro - que se candidata à reeleição para o seu terceiro mandato em julho de 2024, numa corrida em que o seu próprio nome apareceu 13 vezes nas urnas e com um campo de candidatos que o governo analisa e aprova (Tegel, 2024) - culpou as forças externas pelas dificuldades e desgraças que o país tem vivido; principalmente, seu alvo tem sido os EUA. A queda de energia foi inicialmente considerada um ataque cibernético; na próxima interrupção, um ataque de franco-atiradores; os problemas financeiros foram recentemente melhorados ligeiramente pelo levantamento de algumas sanções por parte dos EUA – e a corrupção tem sido regularmente denunciada fora do país pelos meios de comunicação social controlados pelo governo; a missão de Direitos Humanos da ONU foi criticada e expulsa do país pela sua “atitude colonialista, brutalista e violadora” (Reuters, 2024); as agências de notícias estrangeiras têm sido condenadas como fornecedoras de mentiras e perguntas falsas que não se concentram em todo o bem que o governo está a fazer e muito mais. Além disso, tem havido vários relatos e casos de intimidação, ameaças, prisões, tortura e várias violações dos direitos humanos que ocorreram na Venezuela, supostamente por parte do governo, para garantir a sua posição (Neumann, 2022).

O que tudo isto demonstra é uma completa aquisição e controle governamental das mensagens e dos meios dentro do país. Aqueles que não quiseram ou não puderam sair do país vivem num clima político e cultural controlado pelo governo; aquele em que,

como diz o ditado, “é bom ser Rei”. Maduro e o seu governo e aliados têm o controle direto das eleições e do processo eleitoral; controlam as mensagens e as percepções culturais nos meios de transmissão; controlam os bancos e o dinheiro e, portanto, o acesso a eles; e as principais empresas, indústrias, infraestrutura e serviços de todo o país. Os venezuelanos dependem do seu governo para a maior parte da sua sobrevivência e têm as suas notícias e informações filtradas pelo governo antes de chegarem até eles. Além disso, os últimos 25 anos no país – desde que Chávez assumiu o poder – foram marcados por um impulso governamental carismático para mudar a cultura do país, garantindo assim a sua própria segurança. Este impulso, a continuação do chavismo e de Maduro, é feito nominalmente para devolver o país ao que é referido como as suas verdadeiras raízes, sucessos bolivarianos e poder regional com amplas gamas de perspectivas e repleto de opções para o sucesso financeiro e económico. Em suma, atraiu a mente da população venezuelana para si, encorajando-a a pensar e a agir como aquela era passada da qual não fizeram parte e, ao fazê-lo, a legitimar e reforçar continuamente o governo em tudo o que pudesse querer fazer.

6 ABORDAGENS E AÇÕES POLÍTICAS DOS ATORES NA REGIÃO

Serão discutidos neste capítulo os três atores mais poderosos na região fora do conflito si mesmo. Esses atores têm alvos diferentes como parte das suas próprias políticas estrangeiras e desejos no cenário mundial. Os EUA têm interesse na estabilidade da região e do mundo, para manter a paz americana e a posição dos EUA. A China, como potência em crescimento, quer ter mais influência no continente – muito similar ao plano que a usou na África. O Brasil, para sua parte, compartilha fronteiras com os países envolvidos, é uma grande potência regional, e tem implicações grandes dependendo na resolução da crise.

6.1 OS EUA

Os países continuam a esperar que os Estados Unidos se envolvam e liderem [em crise]. E penso que há um reconhecimento de que, na ausência desse envolvimento, na ausência dessa liderança, então acontece uma de duas coisas. Ou outra pessoa está fazendo isso, talvez não da maneira mais positiva; ou talvez pior, ninguém está fazendo isso, e então você tem um vácuo que é preenchido por coisas ruins antes de ser preenchido por coisas boas... temos que encontrar respostas cooperativas e colaborativas, porque nenhum de nós tem a capacidade de lidar efetivamente com esses desafios sozinho.¹⁰ (Linkem, 2024, tradução nossa).

Sendo a maior potência econômica e militar tanto a nível regional como global, os Estados Unidos têm interesses no que ocorre nas Américas; ainda mais, tem interesses nas áreas próximas da sua fronteira. Tem grandes interesses em manter um mundo estável, especialmente no que diz respeito ao seu objetivo de proteger o povo e o modo de vida americanos – tal como os estados dentro dos seus objetivos como sistema. Um mundo estável mantém a ordem existente e permite o desenvolvimento e o avanço nas regiões menos avançadas através de investimentos direcionados e negociações amistosas, sem perturbações através da força militar e das divisões culturais, retrocessos de desenvolvimento, destruição, injustiça e perdas que isso acarreta. Além disso, há

¹⁰ Texto original: “Countries continue to look to the United States to be engaged and to lead [in crisis]. And I think there’s a recognition that in the absence of that engagement, in the absence of that leadership, then one of two things happens. Either someone else is doing it, maybe not in the most positive ways; or maybe worse, no one is doing it, and then you have a vacuum that’s filled by bad things before its filled with good things...we have to find cooperative, collaborative responses, because none of us have the ability to effectively deal with these challenges alone.” (Blinken, 2024).

interesses que os Estados Unidos têm em manter um mundo estável porque um mundo estável é fiável e aberto ao comércio sem excesso de dificuldades ou perigos.

O Departamento de Estado dos EUA tem trabalhado incessantemente para melhorar e manter relações com os Estados sul-americanos durante décadas; além da segurança regional, o departamento também tem interesse na segurança das empresas privadas estadunidenses operando dentro do Essequibo¹¹. Durante os últimos anos, o Departamento tem se concentrado cada vez mais em garantir relações fortes com o Brasil, ao mesmo tempo em que mantém embargos sobre a Venezuela devido a relatos de suas ações internas e de um sistema repressivo. Mais recentemente, porém, a administração Biden começou a suavizar a sua abordagem à Venezuela, removendo ou reduzindo certas sanções dada a terrível situação humanitária na Venezuela e na procura de uma nova abordagem diplomática para a Venezuela. Embora muitas sanções ainda estejam em vigor, esta mudança está a reduzir algumas das pressões sobre a economia venezuelana. Resta saber se a administração Maduro será capaz de manter a relação numa direção positiva, uma vez que fez questão política na sua campanha cultural de culpar os Estados Unidos pela maioria dos seus problemas internos.

O Comando Sul dos Estados Unidos – SOUTHCOM – também trabalhou para garantir a estabilidade na região. Estabilidade é o melhor jeito para manter a paz na área e, com visto mundial, para manter a posição estratégica dos Estados Unidos economicamente, militarmente, e politicamente—especialmente com consideração para os países com amizade. Suas políticas e interação até agora têm sido feito com o alvo de manter a região e a crise estável. Durante “Hearings” no Capitol Hill em 2024, General Laura Richardson, o comandante do Comando do Sul dos EUA, esboçou a abordagem atual dos EUA à crise, afirmando que uma resolução pacífica à crise é o alvo. Para esclarecer exemplos da abordagem, a general apontou por operações conjuntas que estão continuando como se fosse normal, e intercâmbios militares pela Guiana e pela região tem continuado também.

Além disso, os Estados Unidos como um todo passaram por grandes mudanças na política internacional e no enfoque de todo o governo, que foram aprovadas

¹¹ Especialmente os como ExxonMobil, que tem investido milhões de dólares para os projetos dentro da região e o futuro da área.

como parte da política. O foco mais dominante, refletido em todo o empreendimento federal, é a concorrência com a China. Isso trouxe consigo uma visão desconfiada e uma potencial paralisia em relação aos produtos que possam vir da China ou de áreas onde a China tem influência; exemplos disso são a dificuldade de aceitar a dependência de produtos de saúde produzidos na China, como máscaras e suprimentos médicos, durante a pandemia de COVID-19, e o congelamento do Departamento de Defesa das entregas de caças furtivos F-35 após a descoberta de fornecimento chinês de um ímã dentro da aeronave (Starr, 2022). Essa dificuldade e a constatação da dependência de abastecimento de emergência resultaram num impulso para financiar fontes nacionais e empresas que produzem vários produtos essenciais, a fim de reduzir a dependência externa.

Embora isso siga a lógica da competição entre grandes potências no domínio da política econômica, também serviu para reforçar um movimento governamental que considera sacrossanta a transferência de essencialmente qualquer produto ou serviço possível. Este movimento, em nome, está a pressionar para criar empregos dentro dos EUA e garantir melhor a segurança nacional, o bem-estar económico dos cidadãos e o “American Way of Life” (Administração Biden-Harris, 2022). No entanto, também desconectou os Estados Unidos de partes das suas redes económicas internacionais no processo. Embora isto possa parecer trivial inicialmente ou quando se observa uma mudança singular, tem a capacidade de formar rupturas intensas nas relações globais à medida que se agrega; muitas das relações que estabilizam o mundo moderno são asseguradas através de meios económicos e da interdependência que isso cria, bem como, muitas vezes, de uma familiaridade e de uma visão positiva que traz consigo uma cultura (Tanious, 2019). O foco principal nomeado são os produtos de defesa e tecnologia, na medida do possível, como parte deste esforço para preservar o “American Way of Life”. Estes esforços de integração são relativamente populares por enquanto e são feitos em grande parte entre partidos de esquerda e de direita de forma cooperativa através de políticas como a lei “Build Back Better” da administração Biden e a política industrial da administração Trump (Khalid, 2023).

Assim, à medida que a Venezuela provoca a crise a sul dos Estados Unidos, os Estados Unidos começaram a afastar-se da abertura global e de algumas das suas

parcerias econômicas. Isso é algo que deve gerir com extremo cuidado, à medida que continua a tentar proteger os interesses americanos e competir a nível global. Outro disso, os “Hearings”, mencionadas acima, relataram a significância do Essequibo e do mar Caribenho geograficamente para os EUA, e a ameaça apresentada pela China por causa da história das ações de influência na região e com visto para as ações dela na Ásia e especialmente na África durante os anos mais recentes.

6.2 A CHINA

O Partido Comunista Chinês continua a usar seu conhecido manual no teatro do SOUTHCOM. Utiliza agressivamente práticas econômicas e diplomáticas predatórias para influenciar os governos. Simultaneamente, estabelece condições para reforçar a sua presença militar, recolher informações e limitar o acesso e a influência dos EUA. Uma grande competição de poder está acontecendo aqui mesmo nas Américas. Não podemos ignorá-lo.¹² (U. S. House Armed Services Committee, 2024; tradução nossa).

A China começou a agir na América do Sul em linha com a sua iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e da mesma forma que tem feito em África. À medida que as relações com a Europa e os Estados Unidos se tornaram cada vez mais tensas, os países localizados no Médio Oriente e no Sul global tornaram-se cada vez mais importantes. A capacidade de manter o crescimento económico e o acesso a recursos naturais críticos, como o petróleo e minerais de terras raras enquanto continuar a deter o poder político é crucial. A aliança BRICS¹³ iniciada formalmente em 2009 pela Rússia é um excelente exemplo do último ponto, em que a China trabalhou para aumentar o seu poder e criar uma espécie de versão da UE combinado com a ONU. Conseguiu-o em grande parte devido aos investimentos em muitos dos países que posteriormente se tornaram amigável a BRICS. A China também fez parceria com governos menos estáveis e mais restritivos, como o Irão e o Egipto, aumentando seu poder global; a aliança BRICS representa 41,1% da população mundial e 37,3% do PIB global (Falkenburg, 2024).

¹² Texto original: “The Chinese Communist Party continues to use its well-known playbook in the SOUTHCOM theater. It aggressively uses predatory economic and diplomatic practices to influence governments. Simultaneously, it sets conditions to enhance its military presence, gather intelligence, and limit U.S. access and influence. Great power competition is happening right here in the Americas. We cannot ignore it.” (U. S. House Armed Services Committee, 2024).

¹³ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Além disso, com uma economia que cresceu de forma relativamente consistente ao longo dos últimos 25 anos e com rendimentos governamentais líquidos em vez de dívida, a China tem sido capaz de investir fortemente na dimensão, tecnologia e capacidade das suas forças armadas, ao mesmo tempo que espalha a sua influência através do capital, presença física, supervisão, tecnologia e operações e negociações nos níveis mais baixos do governo – trabalhando para influenciar e, por vezes, infiltrar-se em cidades, estados e pequenas organizações quando o país em geral pode não ser tão receptivo a eles como gostaria. Ao mesmo tempo que aumentava a presença militar em recifes artificiais e ilhas no Pacífico, a China também começou a estabelecer presença física e a estabelecer bases em vários países do Hemisfério Sul, à medida que continua a competir estrategicamente com os EUA. De acordo com o Subcomité dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes dos EUA, a China – que se concentrou fortemente em África a partir de 2000 com acordos estratégicos com 44 nações africanas – aumentou a sua influência em múltiplas frentes diferentes. Mais de 10.000 empresas privadas chinesas operam agora em África e o governo chinês tentou assumir o controlo de recursos e mineração críticos.¹⁴ (United States Department of Defense, 2023; U.S. House Committee on Foreign Affairs, 2022)

Isso é o que a China demonstrou que fará onde quer que tenha interesse; nos últimos anos, à medida que consolidou o seu poder em África, o seu interesse na América do Sul cresceu. Tal como Mahan, é evidente que veem as Caraíbas como o Mediterrâneo das Américas, e a Venezuela e a Guiana ocupam ambas as localizações estrategicamente importantes em referência ao grande concorrente de potência da

¹⁴ A China construiu e depois invadiu regularmente e supostamente grampeou a sede da União Africana; também financiaram, construíram ou ampliaram 24 residências ou escritórios presidenciais ou de primeiros-ministros, 32 instalações para a polícia militar, 19 ministérios das relações exteriores e 14 redes de telecomunicações sensíveis. Também, os Chineses estabeleceram uma base no Djibouti, uma área de treino militar na Tanzânia, treinaram militares em vários países africanos e estão a trabalhar ou a considerar a criação de bases militares em mais 4 países estratégicos em África. Eles financiaram a educação nos Institutos Confúcio para líderes políticos do continente e estabeleceram uma escola de partido político para o Partido Comunista Chinês. construiu aproximadamente 70% da infraestrutura de telecomunicações de África com empresas chinesas que têm um histórico de espionagem e pirataria informática, como a Huawei; estabeleceram a sua infraestrutura de cidade inteligente para maior controlo governamental em 9 países; expandiu extensivamente os seus meios de comunicação estatais em África; transferiu três vezes mais armas para África do que os EUA e representou mais de 90% do fornecimento de armas para 6 países, enquanto 52 países assinaram a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (U.S. House Committee on Foreign Affairs, 2022).

China, os Estados Unidos. Assim, nos últimos anos, a China exerceu influência sobre a Venezuela e outros países sul-americanos de muitas das mesmas formas que fez em África. Em setembro de 2023, o presidente chinês Xi Jinping e Maduro reuniram-se para estabelecer uma “parceria estratégica para todas as condições meteorológicas”. Esta é a categoria de mais alto escalão da China para nações parceiras e é a primeira na América do Sul; isto é ainda mais concreto pelo facto de a Venezuela ter recebido o maior financiamento chinês até agora do que qualquer país sul-americano (Villasmil, 2024).

Politicamente, Maduro e o seu governo têm impulsionado de forma consistente e vocal o tipo de política e crença que a China valoriza em relação aos Estados Unidos e à estabilidade regional. Fizeram parte de uma condenação latino-americana liderada pela China da hegemonia dos EUA, numa época em que a China está claramente a construir o seu próprio império económica e militarmente. É também um país lucrativo para parcerias, uma vez que Maduro possui as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo e igualmente grandes quantidades de elementos de terras raras, níquel e bauxita. Além disso, a Venezuela reivindica cerca de 600 ilhas escassamente povoadas, mas geograficamente significativas, nas Caraíbas, que poderiam servir de base, da mesma forma que a China construiu recifes e ilhas artificiais no mar do Sul da China (Villasmil, 2024). Com tudo isto em segundo plano, a China apoiou agora a reivindicação da Venezuela ao Essequibo. O principal contraste com a estratégia chinesa em África é puramente geográfico; isto é, a China está agora a trabalhar para solidificar a influência e o controlo a uma distância impressionante e de monitorização tecnológica do seu principal concorrente. À medida que procura maior base na América do Sul, tal como fizeram os soviéticos durante a primeira Guerra Fria, trabalha para desestabilizar a potência global predominante e a região como um todo.

6.3 O BRASIL

Sendo um grande território e uma grande potência regional com fronteira não apenas com a Venezuela e a Guiana, mas com quase todos os países da América do Sul, o Brasil também tem interesses distintos nesta crise e nesta região. Além disso, o Brasil teve a sua própria reivindicação sobre a região de Essequibo – em grande parte

devido a um desejo de acesso estratégico ao oceano Atlântico através da região rica em recursos – julgada pelo Tribunal Internacional de Justiça imediatamente após a decisão relativa à reivindicação da Venezuela. Nos últimos meses, a abordagem brasileira tem sido de um pacificador e interlocutor. Como meta para o futuro, O Brasil apresenta um desejo de manter a paz acima de todas as outras coisas e não tem revisitado a afirmação do passado que o Essequibo deve ser território brasileiro.

O Brasil navegou com sucesso nas relações até este ponto em busca de uma solução pacífica e diplomática. Impulsionou e conduziu com sucesso as conversações no final de 2023 que resultaram no Acordo de Argyle, em que a Guiana e a Venezuela concordaram em procurar apenas soluções pacíficas para o conflito. Continuou ainda a pressionar por uma resolução pacífica, realizando conversações bilaterais entre os países em 2024. Além disso, mobilizou mais tropas ao longo das suas fronteiras norte com a Venezuela e a Guiana no final de 2023, a fim de evitar qualquer incursão através do solo soberano brasileiro (Watson, 2023). Esse é o método atual que teria de ser utilizado para invadir eficazmente o Essequibo, embora a construção militar venezuelana na região – discutida anteriormente – provavelmente permitiria uma nova via para a invasão.

Embora essa tenha mantido a crise abaixo do nível de conflito aberto ao longo da fronteira atual, não teve qualquer efeito no sentido de travar o crescimento militar da Venezuela, a acumulação em áreas que estão atualmente dentro das fronteiras da Guiana e a política aparente de Compelência discutido acima. Além disso, não se pode dizer que o assunto não esteja ocupando tempo e espaço valiosos dentro do governo brasileiro. Principalmente, as fronteiras brasileiras continuam sendo o principal método de acesso atual à Guiana, caso haja conflito militar como parte da crise, enquanto se trabalha para retornar às relações com a Venezuela acompanhando o distanciamento incorporado pelo governo Bolsonaro e trabalha para manter relacionamento com a Guiana. Além disso, não pode ignorar o fato de a Venezuela ter declarado e demonstrado que não irá e não reconhece a autoridade do TIJ, o que parece ser a única versão de um método pacífico para pôr fim ao conflito que não envolve a compulsão por via de ameaça militar – que dificilmente é estável ou democrática, embora possa não resultar em hostilidades abertas.

7 RESUMO, ANÁLISE, E IMPLICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Esse capítulo dará um curto resumo da crise antes de discutir as ações dos atores na crise, tanto para os países internos ao conflito, quanto os atores mais importantes externos. Após analisará as implicações da situação para cada ator, como tentativa esclarecer o que cada país envolvido é mais provável fazer pelos lençóis discutidos mais cedo.

7.1 ATORES INTERNOS

Para resumir a situação discutido até agora, a Venezuela e a Guiana encontram-se mais uma vez em desacordo sobre a região rica em recursos e geograficamente importante do Essequibo, com uma Guiana muito menor a tentar manter o território delineado como as suas fronteiras. (MercoPress, 2024) Atualmente, a Guiana tem experienciado ganhos significantes por causa dos recursos do Essequibo, particularmente petróleo, e o crescimento do PIB do país tem trazido interesse e dinheiro internacional. (Monteiro, 2024) A própria fronteira objetiva é difícil, se não impossível, de traçar com base nas interações, conflitos, mapas e reivindicações das inúmeras potências coloniais ao longo da história, se todas elas forem tidas em conta de uma só vez. (US Congress, 1897) A fronteira atual foi definida pelo Tribunal Internacional de Justiça na viragem do século XX e baseia-se na reivindicação formalizada britânica examinada sob os seus auspícios por Richard Schomburgk. A atual e passada reivindicação venezuelana baseia-se num mapa desenhado pouco antes de alcançar a independência dos espanhóis, que inclui parte do que era então e é agora o Brasil dentro do estado de Roraima e inclui partes da floresta amazônica. (Ishmael, 2013) Venezuela também tem tido um movimento cultural durante os últimos 20 anos, em que Hugo Chavez e Maduro tem chamado por um passado glorioso, e o figurão de Simon Bolivar particularmente, para dar credibilidade e esforço público aos desejos e interesses que tem. (Neuman, 2022)

A Guiana, como o país menor nessa situação, clama as decisões do TIJ no passado e está chamando para resolução pelo mesmo tribunal; interim decisões foram

feitas a favor da Guiana, dirigindo que a Venezuela não agir mais para tentar tirar a região ou dificultar a situação mais. (International Court of Justice, 2023) Como a Guiana está numa situação bem diferente do que havia em 1899, sem o poder do Reino Unido e com um povo e poder militar muito menor do que a Venezuela, o país vai continuar nesse caminho, chamando para apoio da comunidade e tribunal internacional. Outro disso, eles têm feito mudanças pequenas com o pequeno militar que tem, e tem dito que eles vão chamar pela ajuda das nações do UN se a Venezuela tentar tirar a região. (Central Intelligence Agency, 2024) Por causa da relativa desvantagem militar que a Guiana tem, e a falta de discurso sobre alguma ação ofensiva militar, e muito provável que esse estado vai continuar para o país. A Venezuela, no outro mão, precisa duma dos lençóis teóricas para adivinhar a direção do país, combinado com história dum conflito muito similar – a Guerra das Malvinas.¹⁵

A parte mais aplicável da guerra das Malvinas que deveria ser discutida em relação à crise de Essequibo – para além do facto de ter atingido o nível de conflito armado e permanecer por resolver – é cultural. Na altura da guerra, a Argentina era governada por uma junta militar autoritária opressiva e enfrentava enormes conflitos económicos e sociais, bem como violações dos direitos humanos e muitos desaparecimentos para aqueles que ousavam falar contra o governo. Isto resultou na suspensão do apoio militar dos EUA e na aplicação de certas sanções durante os últimos anos da década de 1970. A junta militar iniciou uma campanha para popularizar publicamente a reivindicação argentina às Maldivas, em grande parte para solidificar o apoio ao governo, desviar a atenção das questões internas em questão e dar ao povo argentino uma visão de um futuro melhor pelo qual lutar. Mais uma vez, isto reflete a atual situação na Venezuela em mais do que um aspecto, e dá credibilidade à teoria da falsa cultura de Hedge como um

¹⁵ A Guerra das Malvinas começou quando a Argentina invadiu e ocupou as Ilhas Malvinas em abril de 1982; esta medida foi condenada pela ONU, não muito longe de o conselho de segurança identificar as ações da Venezuela em relação ao Essequibo como violações (MercoPress, 2024). As Malvinas eram um território dependente da Grã-Bretanha – não muito diferente da Guiana – perto da América do Sul, e a guerra foi o resultado de uma disputa de longa data pelas ilhas. A Argentina contestou a soberania britânica sobre as ilhas a partir de 1833 com base na crença de que deveriam ter herdado as ilhas do império espanhol devido à proximidade geográfica e como parte da sua independência, novamente muito semelhante à questão do Essequibo. A Grã-Bretanha reivindicou as ilhas sob o conceito de autodeterminação – que os ilhéus escolheram os britânicos para governação, o que não está longe da posição atual da Guiana como tendo conquistado a independência e escolhido o seu próprio governo.

fulcro crucial para o conflito. Uma frase comum nos discursos governamentais era “A distância deste mar nos separa, mas ao mesmo tempo nos une às [Malvinas]”, como se isso não fosse verdade também para todas as outras ilhas e países separadas da Argentina pelo mar, e como se o grupo de ilhas a 300 milhas náuticas da costa argentina partilhasse uma cultura comum antes de colonização; isto desapareceu completamente após a perda da guerra e a queda da junta (Hall, 1983; Hedges, 2002).

Cultura falsa representa um desafio para aprender certo. Muitas vezes, é difícil conseguir certeza sobre a existência do aumento de falsificação que exista dentro duma cultura; mas, nesse caso, temos oportunidade refletir nas ações e palavras do Simon Bolívar si mesmo sobre o Essequibo para provar se ele chamasse para a região ser parte da Venezuela. Principalmente, como liberador da Venezuela e muitos mais países da América do Sul, ele começou com a Venezuela e continuou a lutar longe da Guiana, para o oeste e o sul do continente. Além dessas ações, durante a palestra dado ao congresso dos estados unidos de colômbia¹⁶ enquanto a Venezuela estava preparando para separar em 1830, o Bolívar disse:

Estou confiante de que a sua sabedoria alcançará as alturas necessárias para dominar corajosamente as modas da minoria e a ignorância das massas e consultar devidamente para o esclarecimento, a compreensão aguçada daqueles homens criteriosos cujas opiniões respeitadas são uma ajuda inestimável na resolução de problemas de Estado. Além disso, você encontrará conselhos valiosos na natureza de nosso país, que se estende desde os altos picos dos Andes até as margens tórridas do Orinoco. (Ishmael, 2013, p. 83; tradução nossa).¹⁷

Isso é alinhado em grande parte com a fronteira que existe hoje pelo julgamento do tribunal internacional, com duas exceções notáveis. Principalmente, o Orinoco hoje é dentro da Venezuela, com uma área grande venezuelano após as margens do rio; com acordo às palavras de Bolívar, a Guiana deve receber todo território leste do Orinoco. Secundariamente, a base militar Venezuelano e ocupação dentro do Essequibo apresenta uma contradição completa ao Bolívar. Mais disso, é também difícil crer na

¹⁶ A união dos estados sul-americanos que foi criado pelo Simon Bolívar após conquistas de independência liderado pelo Bolívar; existia com a Venezuela como parte até 1830.

¹⁷ Texto original: “I am confident that your wisdom will reach the heights necessary to dominate courageously, the fashions of the minority and ignorance of the masses and to consult duly for enlightenment, the keen understanding of those judicious men whose respected opinions are a priceless aid in resolving problems of state-craft. You will moreover find valuable counsel in the nature of our country which extends from the high peaks of the Andes to the torrid banks of the Orinoco.” (Ishmael, 2013 p. 83).

veracidade do argumento que território fora de controle duma colônia deve ser dado para a colônia baseado nos chamados ou mapas dos potenciais colonizadores que foram derrotados para conseguir a independência duma país. Afinal, as reivindicações do colonizador sobre a colônia têm que ser negadas como uma parte da conquista de sua independência.

Então, dado os movimentos culturais do Chavez e a continuação pelo Maduro, é preciso para os EUA aprender que, com acordo ao Hedges, Maduro tem sido solidificando a mente Venezuelano para apoiar ele e os interesses dele – nesse caso, o movimento está sendo focado contra a Guiana. A similaridade com a situação que levou a Guerra das Malvinas indica que esse tipo do controle governamental, combinado com grandes crises econômicas e políticas dentro dum país, e reforçado por cultura falsa vendido pelo governo sobre disputas territoriais prepara a cenário para conflito militar dentro e fora do país. O único requisito adicional para iniciar um conflito – interna ou externa – é para o governo perceber uma ameaça à sua própria existência. Muitas oportunidades para essa se apresentam durante a preparação para eleições ou após eleições não favoráveis para o governo. Com essa na mente, enquanto abordando a crise, os EUA têm que pensar nas palavras do Maduro si próprio que ele tem que ganhar a eleição “No dia 28 de julho [2024], se não querem que a Venezuela caia num banho de sangue, numa guerra civil fratricida como resultado dos fascistas” (Veja, 2024).

7.2 ATORES EXTERNOS

O Brasil tem continuado chamando para uma solução pacífica ao conflito, mas a China tem especificamente apoiado a reivindicação da Venezuela – mesmo que a Venezuela continua com ações contra os diretivos do tribunal internacional de justiça. Ao mesmo tempo, a China continua a cortejar funcionários do governo venezuelano, incluindo acordos privadas para construção dentro da Venezuela, a maioria das compras de petróleo venezuelano, e está considerando recentemente opções construir um porto de águas profundas dentro da Venezuela (Ziemer, 2024). Tudo isso é feito como parte do foco da China para uma América do Sul geograficamente significativa e rica em recursos. Com visto para África e as ações e iniciativas da china dentro do “Uma Faixa,

Uma Rota” e a luz das considerações estratégicas para a região, é fácil ver e aprender que a China vai continuar apoiando Maduro e capitalizando nas oportunidades dados pela crise do Essequibo para aumentar e solidificar sua presença dentro do continente e região. Na concepção de Kennedy, a China tem construído a capacidade ser uma potência grande no mundo através do comércio, do crescimento econômico, e da abertura cultural e governamental para fazer negócios com alguém que quiser.

Embora o Brasil esteja a pedir uma resolução pacífica para a questão através do Tribunal Internacional, haveria implicações muito sérias para o Brasil se a Venezuela ganhasse território com base nesta reivindicação e neste mapa. Em seguida, teria que ser questionado e julgado o assunto do território brasileiro incluído no mapa que a Venezuela usa como base do chamado. Além disso, a questão começaria a surgir em outros países e governos da região sobre quais mapas ou tratados, como por exemplo o de Tordesilhas, poderiam ser aproveitados pelos outros países para melhorar os interesses econômicos e de recursos limitados.

A abordagem dos EUA para o Brasil deve contemplar em tudo isso. Por enquanto o Brasil tem estacionado tropas nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana, o fato dos chamados conflitantes internacionais dirige que a segurança e futuro do país não vai ser seguro somente por abordagens militares. Por isso o Brasil, por sua parte, tem que ter como interesse a manutenção das fronteiras como foi decidido pelo julgamento do tribunal internacional no turno do século XX. De fato, essa inclui a saída das tropas Venezuelanas da Essequibo também, porque a presença deles representa uma ameaça à estabilidade internacional e uma violação grande da carta do UN.

8 CONCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES PARA A ABORDAGEM DOS EUA

A crise do Essequibo analisado até este ponto tem implicações graves para segurança regional e políticas estrangeiras entre os Estados Unidos e os países do América do Sul envolvidos. Por isso, uma mudança significativa deve ser realizada pelas políticas estrangeiras dos EUA. Durante o “Hearing” do SOUTHCOM de 2024 no Congresso dos EUA, o comandante do SOUTHCOM declarou “Como afirma a Estratégia de Defesa Nacional, os EUA obtêm imenso benefício de um Hemisfério Ocidental estável, pacífico e democrático. Isso também reduz as ameaças à segurança da pátria.”¹⁸ (SOUTHCOM, 2024). América do Sul representa uma grande oportunidade à China; por isso, os EUA têm que aumentar o foco na região. A crise no Essequibo representa uma ameaça fundamental à segurança nacional dos EUA e também à estabilidade regional e global; isso é afirmado repetidamente nas audiências do Congresso pelo SOUTHCOM e pelo Congresso dos EUA (House Armed Services Committee, 2024).

A abordagem do SOUTHCOM “Consiste em visitas do [SOUTHCOM] e os compromissos que fazemos, os exercícios, as trocas de assuntos. Continuamos com tudo isso. [O SOUTHCOM] não está tentando agravar a situação, mas [tem] continuado no caminho com nossos compromissos regulares que foram agendados” U.S. House Armed Services Committee, 2024).¹⁹ Em suma, a crise entre países com importância geográfica crucial para a segurança nacional mudou drasticamente nos últimos anos, e os EUA não mudaram nada em resposta. Antes do foco global dos EUA durante o século XX, a doutrina Monroe - mencionada anteriormente - orientou o foco dos EUA particularmente para as Américas. Esse deve retornar como parte de uma nova abordagem de proatividade diplomática e capacidade individual; o foco inicial deve ser na Guiana e no Brasil se os EUA realmente pretendem combater a influência da China e pretendem preservar alianças e estabilidade.

¹⁸ Texto original: “As the National Defense Strategy states, the U.S. derives immense benefit from a stable, peaceful and democratic Western Hemisphere. That also reduces security threats to the homeland.” (U. S. House Armed Services Committee, 2024).

¹⁹ Texto original: “...Consists of visits by [SOUTHCOM] and the engagements that we do, the exercises, the subject matter exchanges. We have continued with all of those. [SOUTHCOM is] not trying to exacerbate the situation but [has] continued on path with our regular engagements that have been scheduled”. (U. S. House Armed Services Committee, 2024).

Como primeiro passo, o Congresso dos EUA deve criar um fundo dedicado de financiamento dentro do orçamento anual para desenvolver oportunidades dentro do SOUTHCOM. Seria abertamente acessível ao SOUTHCOM e os consulados da América do Sul com um conjunto de regras definido e dentro dos requisitos para justificar e demonstrar o uso efetivo dos fundos em apoio às várias iniciativas na região que se apresentam como alvos de oportunidade para apoiar, estabilizar e aumentar a influência de nações parceiras. Podem frequentemente ser passageiras, pois surgem inesperadamente por meio de uma diplomacia boa, proativa e proposital; o financiamento que é orientado a um propósito para ser usado para essas oportunidades fornecerá uma executabilidade concreta às conjecturas e possibilidades que surgem sem um ano inteiro para planejar, discutir, argumentar e orçar. Além disso, terá um efeito aprimorado devido à importância crescente que as culturas da América do Sul e da América Central atribuem aos relacionamentos pessoais.²⁰ Os caminhos a serem abertos para isso devem ser encontrados por meio de um segundo e mais delicado passo dentro da mudança de política, no qual os EUA assumem um papel regional mais proativo.

A segunda parte desta Nova Doutrina Monroe deve ser para os Estados Unidos irem além de sua atual zona de conforto, alavancando um esforço de todo o governo para aumentar a interação com os países sul-americanos, ao mesmo tempo em que exercem contenção e o máximo cuidado na gestão desses relacionamentos. A abordagem deve ser cautelosa, informada e intencional, e o objetivo deve ser criar e manter relacionamentos muito além de uma dada população e aparato governamental — os EUA e sua representação devem se conectar significativamente com a totalidade de uma população, não apenas com aqueles que atualmente ocupam um cargo de importância.²¹

²⁰ Particularmente, a capacidade aumentada de diplomatas individuais dos EUA dentro da região de orientar pessoalmente e permitir que iniciativas tenham sucesso aumentará a confiança pessoal e a segurança dentro de relacionamentos diplomáticos críticos compartilhados por essas culturas.

²¹ Há exemplos extensos e repetidos de política externa dos EUA falhando nisso de forma desanimadora articulada ao longo do livro de Eugene Burdick e William Lederer sobre a Guerra Fria, *The Ugly American*. Um dos exemplos mais angustiantes é a incapacidade do corpo diplomático americano de alcançar a população média dentro de um país. Por exemplo, a ênfase foi colocada em quão bom era ter o que a América tem, independentemente de isso ser visto culturalmente como moral ou eticamente repreensível dentro de uma determinada cultura. Isso seria então aprimorado pela constância de eventos caros e luxuosos hospedados para autoridades importantes enquanto o cidadão médio assistia de fora, reforçando a percepção de que a América está presente apenas para, e só se importa com, as classes altas e dominantes.

Diplomatas selecionadas para funções de longo prazo ou alto nível tem que ter a capacidade de escrever sua própria visão para as américas juntos e manter uma conversa independente com as contrapartes diplomáticas com as quais pretendem interagir no nível de realização de políticas. Os convites para eventos, visitas ou funções oficiais não devem mais ser limitados a figuras governamentais, militares ou acadêmicas de alto escalão sem representantes também do povo. Alguns riscos devem ser assumidos a esse respeito para abrir a mentalidade americana e a capacidade de alcançar e entender o país em que estão. Todos os enviados para a região devem ser cuidadosamente selecionados, avaliados, filtrados e treinados para garantir uma compreensão completa dos costumes, normas, política, idioma, religião, morais, e éticas dentro do país e da área em que operarão. Isso deve então ser usado efetivamente para navegar em relacionamentos políticos complexos tornados mais difíceis pela história.

Os EUA têm uma história complicada na América do Sul, e as ações desse passado não são facilmente esquecidas. No entanto, um corpo diplomático — incluindo todos os muitos componentes militares e federais envolvidos — que esteja genuinamente dedicado ao melhorar a parceria regional, e quem evita discussões políticos a favor delas políticas e sobre acordos de substância pelo futuro. Eles têm que entender completamente sua região e as culturas dentro dela e ter a autoridade para tomar a iniciativa para criar e a capacidade de financiar oportunidades. Eles devem entender a história complicada compartilhada das Américas, mas não ter um senso exagerado dela. Eles devem ser capazes de sugerir criativamente novas ações e exercícios de parceiros e buscar ativamente a capacidade de compartilhar experiências militares, diplomáticas e privadas como a oferta mais crucial para o sucesso dentro desta nova estrutura política. Essa é um afastamento drástico de uma política em que os EUA interagem com frequência, mas permanecem passivos, com uma porta aberta disponível para aqueles que podem estar dispostos a vir e pedir assistência — o que fornece sua própria barreira cultural.

Então, no caso do Essequibo, os EUA devem estar ativamente e constantemente engajando o Brasil e a Guiana em relação às implicações de qualquer decisão que o TIJ possa tomar, além da decisão tomada no passado — e as crises complexas que podem surgir caso isso aconteça. Deveria estar pedindo ao Brasil e à Guiana o privilégio de ter

outra oportunidade de compartilhar experiências por meio de operações fluviais conjuntas, operações distribuídas, antiacesso e negação de área, métodos de sobrevivência tropical, combate ao tráfico e outras capacidades que beneficiem tanto os EUA quanto essas nações parceiras críticas.²² Financiamento adequado e acessível deve ser uma parte disso, como estaria disponível na verba reservada pelo Congresso.

Finalmente, os EUA devem alavancar a tração que fizeram internamente ao regredir de sua virada para longe do mundo para América do Sul. Nos anos recentes, os EUA garantiram relações comerciais e de defesa com bons parceiros, como o Reino Unido e a Austrália.²³ Ambos os países mantêm a priorização do comércio e do crescimento econômico entre si, acesso a sistemas, componentes e tecnologia confiáveis e menos custosos, e o incentivo para continuar trabalhando no interesse um do outro de forma consistente, aumentando a perspectiva de segurança e estabilidade interna. Adotar o conselho da teoria de Kennedy e aumentar essas parcerias com aliados críticos como o Brasil — que foi declarado o mais importante aliado não pertencente à OTAN dos EUA na região — e a Guiana. Aplicar essa estrutura a eles terá efeitos descomunais na região mais instável mais próxima dos EUA, especialmente considerando a força da economia dos EUA e a tecnologia que ela pode fornecer ao Brasil para aprimorar esforços como o combate ao tráfico na Amazônia. Essa expressão de confiança em nível internacional também será ampliada na cultura sul-americana e fornecerá uma via dedicada para apoio bilateral e números e níveis de relacionamentos aumentados e aprimorados.

A doutrina Monroe não pode satisfazer todos os requisitos para a abordagem, mas exemplifica o valor definido no qual a nova política dos EUA deve se basear. Não é melhor o suficiente simplesmente se interessar pelo bem-estar dos estados americanos em relação às ameaças potenciais representadas e aos interesses dos estados europeus. Há muito mais ameaças e interesses que devem ser considerados agora. Não é melhor

²² Nesse sentido, deve ser considerado se acontecia a guerra na Ucrânia se os EUA tivessem trabalhado com esforço para fazer exercícios militares juntos com Ucrânia durante preparações da Rússia nas fronteiras ucranianas para invadir.

²³ Esses acordos têm sido feitos por meio de acordos que consideram bilateralmente cada um como se fosse uma fonte interna e nacional de produtos de defesa, tecnologia e muito mais — removendo controles e preocupações extensivos para terceirização internacional com esses países. A grande capacidade e o vasto poder econômico e militar exercido pelos EUA é aumento por isso e traz muitos benefícios para cada parceria, beneficiando ambos os países envolvidos no processo.

ou suficiente favorecer amizades pessoais em detrimento de experiência rigorosa, entendimento cultural, realismo proativo, confiança sem arrogância e progresso meritocrático demonstrado ao escolher enviados para a região. E não é aceitável no clima atual amordaçar a proatividade em cada seção do governo em um esforço para recuar do passado complicado e na esperança de angariar boa vontade para um futuro mais apreciativo. Em vez disso, os EUA devem assumir um papel contínuo e proativo de todo o governo no aumento da estabilidade e segurança regionais à medida que superam a China, mantendo e respeitando os valores panamericanos.

Há riscos inerentes a esse caminho, é claro - como há para todas as decisões políticas, incluindo aquelas que os EUA têm atualmente e estão testemunhando confirmadas. A estabilidade global está em jogo, e as Américas estão se tornando o componente estratégico mais importante dentro dela. Os EUA devem agir agora, e devem agir de forma sucinta e segura. A política deve ser ajustada. A ONU e a comunidade internacional devem ser informadas de quaisquer interações conjuntas e garantidas de sua natureza pacífica e postura não agressiva. A Venezuela certamente clamará com alegações sobre a interferência e a má conduta dos EUA na área. Isso não é novo; é o leitmotiv do governo de Maduro. É uma consequência do atual conjunto de políticas, que permitiu e contribuiu para a criação da atual crise no Essequibo. Não deve ser a abordagem contínua para a estabilidade e segurança regionais; uma Nova Doutrina Monroe deve traçar o caminho para a parceria compartilhada, estabilidade e crescimento em todas as Américas, guiada pelo princípio principal da doutrina Monroe original, mas redefinida para os dias modernos e as décadas que virão.

REFERÊNCIAS

BIDEN-HARRIS ADMINISTRATION. National Security Strategy. The White House. - Washington, DC. 2022.

US SECRETARY OF STATE ANTHONY BLINKEN. Conversation with World Economic Forum President Borge Brende. 29 de Abril de 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Central Intelligence Agency World Fact Book - Guiana. 30 de Maio de 2024. - <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/guyana/>.

HERNANDEZ-ROY, Christopher; ZIEMER, Henry; BLEDSOE, Rubi; BERMUDEZ JR., Joseph S., and JUN, Jennifer. Miscalculation and Escalation over the Essequibo: New Insights into the Risks of Venezuela's Compellence Strategy. Center for Strategic & International Studies. 9 de Fevereiro de 2024. <https://www.csis.org/analysis/miscalculation-and-escalation-over-essequibo-new-insights-risks-venezuelas-compellence>.

CIA. CIA World Factbook: Venezuela. 24 de Julho de 2024. - [cia.gov/the-world-factbook/countries/venezuela/](https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/venezuela/).

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Josip Broz Tito. Britannica. 5 de Novembro de 2024. <https://www.britannica.com/biography/Josip-Broz-Tito>.

JUTTEN, Mark and FALKENBERG, Dorothee. Expansion of BRICS: A Quest for Greater Global Influence?. Strasbourg : European Parliamentary Research Service, 2024.

FERRIER, Gabriel. Who or What Is to Blame for the Venezuelan Crisis? ReVista. 28 de Abril de 2023. <https://revista.drclas.harvard.edu/who-or-what-is-to-blame-for-the-venezuelan-crisis/>.

TARVER, H. Michael and FREDERICK, Julia C. The History of Venezuela. New York, NY : St. Martin's Griffin, 2006.

VAN SANT HALL, Marshall, CDR USN. Argentine Policy Motivations in the Maldives War and the Aftermath. Naval War College Review. 1983. pp. 22-36.

HEDGES, Chris. War is a Force That Gives Us Meaning. New York : Public Affairs, 2002.

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Application Instituting Proceedings: Arbitral Award of 3 October 1899 (Guyana v. Venezuela). The Hague: 2018.

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Arbitral Award of 3 October 1899 (Guyana v. Venezuela) Request of Arbitral Measures. The Hague: 2023.

ISHMAEL, Odeen. The Trail of Diplomacy: The Guyana-Venezuela Border Issue. New Haven, CT : XLibris, 2013.

KENNEDY, Paul. The Rise and Fall of the Great Powers. New York: Random House, 1987.

KHALID, Asma. Biden bets big on bringing factories back to America, building on some Trump ideas. NPR Politics. 16 de Abril de 2023. <https://www.npr.org/2023/04/16/1142356840/biden-industrial-policy>.

LAMBERT, Andrew. Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires, and the Conflict that Made the Modern World. New Haven, CT: Yale University Press, 2018.

MACROTRENDS. Guyana GDP Growth Rate 1960-2024. MacroTrends. 16 de Junho de 2024. <https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/GUY/guyana/gdp-growth-rate#:~:text=Guyana%20gdp%20growth%20rate%20for,a%2023.42%25%20decline%20from%202020>.

MERCOPRESS. UN Security Council to Review Essequibo Controversy Merco Press South Atlantic News Agency. 10 de Abril de 2024. https://en.mercopress.com/2024/04/10/un-security-council-to-review-essequibo-controversy#google_vignette.

MONTEIRO, Thomas. Guyana: Further Growth Predicted For Booming Economy. Global Finance: Economics, Policy & Regulation. 2 de Maio de 2024. <https://gfmag.com/economics-policy-regulation/guyana-booming-economy-more-growth/#:~:text=Fueled%20by%20booming%20oil%20production,profile%20on%20the%20world%20stage>.

NEUMANN, William. Things Are Never So Bad They Can't Get Worse. New York: St. Martin's Press, 2022.

NEWS WIRES. Venezuela's Parliament Approves Creation of State in Disputed Oil-Rich Essequibo. France 24: Americas. 23 de Março de 2024. <https://www.france24.com/en/americas/20240322-venezuela-s-parliament-approves-creation-of-state-in-disputed-oil-rich-essequibo>.

RALEIGH, Sir Walter. The Discovery of Guiana. London, 1596.

REUTERS. Venezuela asks UN human rights staff to leave country amid review. Reuters Americas. 15 de Fevereiro de 2024. <https://www.reuters.com/world/americas/venezuela-asks-un-human-rights-staff-leave-country-amid-review-2024-02-15/#:~:text=The%20UN%20human%20rights%20office,%2C%22%20the%20government's%20statement%20added>.

REUTERS. World Factbox: Venezuela's Nationalizations Under Chavez. Reuters.com. 7 de Outubro de 2012. <https://www.reuters.com/article/idUSBRE89701X/>.

SHARP, Alexandra. Why Is Venezuela Threatening a Land-Grab War in Latin America? Foreign Policy. 7 de Dezembro de 2023. <https://foreignpolicy.com/2023/12/07/venezuela-maduro-guyana-essequibo-interstate-war-oil-referendum-icj/>.

SOUTHCOM. Excerpts from House Armed Services Committee Testimony, March 12, 2024; SOUTHCOM Posture Statement for 2024. 12 de Marco de 2024. <https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/SOUTHCOMs-2024-Posture-Statement-to-Congress/#:~:text=%E2%80%9CIn%20terms%20of%20our%20relationship,democracy%20with%20an%20unjustified%20claim.>

STARR, Barbara. Pentagon Halts Deliveries of F-35 Fighter Jets After Discovering a Component Manufactured in China. CNN Politics. 7 de Setembro de 2022. <https://edition.cnn.com/2022/09/07/politics/f-35-deliveries-halted/index.html>.

STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. Oil Industry in Venezuela: Statistics and Facts. Statista.com. 5 de Fevereiro de 2024. <https://www.statista.com/topics/8140/oil-industry-in-venezuela/>.

TANIOUS, Mina E. The impact of economic interdependence on the probability of conflict between states: The case of “American–Chinese relationship on Taiwan since 1995”. Review of Economics and Political Science. 23 de Janeiro de 2019. pp. 38-53.

TEGEL, Simeon. Nicolas Maduro Appears on Ballot 13 Times for Venezuela Election. The Telegraph. 10 de Maio de 2024. <https://www.telegraph.co.uk/world-news/2024/05/10/nicolas-maduro-on-ballot-13-times-for-venezuela-election/>.

US HOUSE ARMED SERVICES COMMITTEE. Hearing to Receive Testimony on Posture of United States Northern Command and United States Southern Command in Review of the Defense Authorization Request for Fiscal Year 2025 and the Future Years Defense Program. Washington, DC: 14 de Marco de 2024.

US HOUSE COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. China Regional Snapshot: Sub-Saharan Africa. Washington, DC : U.S. Congress, 2022.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. Washington, D.C.: 2023.

US CONGRESS. Report and Accompanying Papers of the Commission Appointed by the President of the United States "To Investigate and Report Upon the True Divisional Line Between the Republic of Venezuela and British Guiana." Washington, D.C.: U.S. Congress, 1897.

VEJA. Maduro Ameaça ‘Banho de Sangue’ e ‘Guerra Civil’ se Não Vencer Eleição. Veja Mundo. 18 de Julho de 2024. <https://veja.abril.com.br/mundo/maduro-ameaca-banho-de-sangue-e-guerra-civil-se-nao-vencer-eleicao/>.

VILLASMIL, Juan P. Venezuela Is Essential for China's Ambitions. The Spectator World. 2024. https://thespectator.com/topic/venezuela-essential-china-ambitions/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw4f6zBhBVEiwATEHFVvSQV-qjtBeZiEpESh1AVe-KQQRupkc8pzTd8JB0O8NbKdwQ8UxpZxoCw8cQAvD_BwE.

WATSON, Katy. Brazil Deploys Troops to Venezuelan Border. BBC South America. 7 de Dezembro de 2023. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-67645018>.

ZIEMER, Henry. How Venezuela's Threats Are Restructuring China-Guyana Relations The Diplomat. 15 de Junho de 2024. <https://thediplomat.com/2024/06/how-venezuelas-threats-are-restructuring-china-guyana-relations/>.

APÊNDICE 1: HISTÓRIAS DOS PAÍSES

APÊNDICE 1.1 HISTÓRIA DE VENEZUELA

A Venezuela tem uma história orgulhosa de movimentos e desafios importantes, líderes bem-conhecidos, e mudanças econômicos e políticas grandes que contribuíram a história do país e região. O país traça seu nascimento ao Descoberta do que Cristóvão Colombo chamou de “Tierre de Gracia” em 1498. Os maiores grupos das indígenas nessa época eram Arawaks e Caribés, cada um com várias tribos, como Waraos, Guajiro, Pemon, Yanomami; foram muito mais tribos menores outro disso. As áreas costeiras do norte da América do Sul tornaram-se fortemente dominadas pelos caribenhos ao longo do tempo. Os caribenhos eram pescadores habilidosos, mas, mais importante ainda, mais agressivos e guerreiros do que os seus homólogos (Frederick, 2006, pp. 19-26; US Congress, 1897, pp.10-12). Isto deu-lhes direitos de vitória às áreas mais lucrativas da região; serviu também como prenúncio da trajetória que a Venezuela seguiria ao longo da história.

Após o desembarque inicial e a descoberta da Venezuela, os espanhóis continuaram a explorar e a estabelecer pequenos assentamentos em toda a região, em busca de mais recursos, encontrando mais tribos indígenas e tentando encontrar a lendária, mas esquiva, cidade de El Dorado (Frederick, 2006, pp. 25-29). Para os primeiros exploradores, os governadores alemães que chegaram à região e a coroa espanhola - entre outras nações que iniciaram a exploração nos séculos XVI e XVII - esta cidade hiperbolizada de riqueza e recursos inimagináveis seria servir como solução para todos os problemas. Acreditava-se que continha riqueza para o indivíduo e para a nação, além da medida. Em última análise, a versão mítica da cidade nunca foi encontrada, embora uma versão mais mundana dela tenha sido eventualmente descoberta na Venezuela e atualmente é possível visitar minas de ouro brutas controladas em grande parte por gangues na cidade venezuelana de El Dorado (Neuman, 2022). As diversas buscas lançadas em busca da cidade mítica resultaram no mapeamento inicial de diversas áreas em todo o norte da América do Sul, o que deu início ao processo de delimitação e demarcação territorial entre os grupos colonizadores da região. (Frederick,

2006) Mais do que isso, porém, esta busca serve como um mapa para o futuro; um sinal daquilo que a região testemunharia ao longo da história: enormes investimentos e despesas em termos de sangue e tesouros para um futuro prometido lendário e completamente incrível de riqueza e felicidade que só seria brevemente tocado, se é que o seria.

Após séculos de exploração, colonização e subjugação cultural de tribos indígenas pelas mãos dos espanhóis e de vários outros grupos europeus - incluindo a imposição à escravidão e a expulsão de grupos indígenas como os guerreiros caribenhos das terras lucrativas que anteriormente possuíam, os colonos do novo mundo começaram a irritar-se com a gema do domínio colonial. O poder pessoal e regional limitado, bem como o facto de as colónias deterem vastos recursos, mas sempre os enviarem para o exterior para beneficiar o império dominante, acabaram por contribuir para a infelicidade entre aqueles que viviam na América do Sul. À medida que este sentimento crescia, as ideias iluministas sobre o governo de filósofos como Rousseau também se espalharam pelas classes superiores instruídas, que começaram a falar entre si e ao público sobre o republicanismo, a democracia e os direitos do indivíduo. Com o tempo, isto fomentou revoluções em várias colónias; o mais notável para América do Sul foi o de Simón Bolívar.

Bolívar nasceu na classe alta da sociedade venezuelana, ensinado por indivíduos que tinham aspirações republicanas, e tornou-se amigo de outros revolucionários com propósitos semelhantes, como Francisco de Miranda, que o precedeu na rebelião e estabeleceu a bandeira venezuelana. Na verdade, Miranda foi entregue aos espanhóis por Bolívar – que o levou sob custódia sob a alegação de que ele havia traído a causa revolucionária – após uma revolução fracassada, e morreu na prisão alguns anos depois. No que agora se tornou um tema recorrente de ironia, o próprio Bolívar escapou alguns anos depois do mesmo local e usando o mesmo método pelo qual prendeu e entregou Miranda. Com o tempo, Bolívar estabeleceu e agregou uma grande força revolucionária dentro do América do sul para operar contra as forças espanholas; eventualmente, ele conquistou a liberdade de grandes porções da América do Sul, incluindo Venezuela, Peru, Colômbia e muito mais. Ele os uniu durante poucos anos como seu país, a Gran Colômbia – cada um com seu próprio governo. Mas esta união não durou, e a Gran

Columbia voltou a ser nações individuais em 1830; desde então, a Venezuela teve 27 constituições e 43 chefes de estado (Frederick, 2006, pp. 43-61).

Os governos cresceram e mudaram muito entre Bolívar e a era moderna; no entanto, o acontecimento mais significativo para o futuro do país foi a descoberta do petróleo no início do século XX. Na verdade, a Venezuela ainda possui enormes reservas de petróleo – as maiores que são provados do mundo. (Statista Research Department, 2024) No entanto, o momento da descoberta, conjugado com a chegada do motor de combustão interna, das cidades que se industrializaram e da guerra a nível industrial, significou que o país vislumbrou mais uma vez o El Dorado. Infelizmente, esse também trouxe a doença clássica para o país chamado pelos economistas a “Doença Holandês”.²⁴ Logo, surgiram poços de petróleo e ocorreu mais desenvolvimento. Na década de 1970, quando o preço do petróleo sofreu grandes saltos, a Venezuela mudou para produzir uma grande quantidade de petróleo de forma muito eficaz. Após os saltos nos preços, o país passou totalmente para o petróleo como fonte de rendimento, obtendo mais de 90% do seu PIB do petróleo, expulsando sectores mais antigos da agricultura e da produção de algodão e acolhendo um caso clássico de doença holandesa, embora cada vez mais – tocando brevemente no mito da cidade dourada (Neuman, 2022).

Atualmente, a Venezuela opera sob o controlo de Nicolás Maduro e de uma Constituição alterada elaborada por Hugo Chávez. Os últimos suspiros dos elevados preços do petróleo e da procura desapareceram nos últimos anos do governo de Chávez; agora, sob Maduro, o país tem de enfrentar totalmente não só as repercussões da doença holandesa, mas também as de um governo centralizado e forte, do qual todo o país passou a depender para cada parte da sua existência – dinheiro, alimentos, eletricidade,

²⁴ A Doença Holandesa é definida como uma situação em que uma nação se torna benfeitora de grandes quantidades de um recurso valioso de dentro do seu país – muitas vezes ouro ou pedras preciosas, mas o petróleo funciona igualmente bem. Este recurso cria um boom na economia e torna-se tão lucrativo que muitos membros da população, e muitos dos esforços do governo, concentram-se na capitalização deste recurso. Com o tempo, isto empurra outros sectores, como a agricultura, o comércio, a silvicultura, a pesca e muito mais, à medida que cada vez mais pessoas escolhem a opção mais lucrativa e o governo tenta vender o máximo possível. Eventualmente, o país torna-se predominantemente dependente deste sector do mercado único, que eventualmente falha quer na oferta quer no preço. Quando isto acontece, toda a economia entra em colapso e a população encontra-se numa situação em que não consegue sequer fornecer o sustento mais básico a partir de dentro, uma vez que já não há apoio suficiente para as necessidades básicas através da agricultura, pesca, etc., o que agrava ainda mais a situação. o desastre.

lei e ordem, saúde econômica, indústria, água, transporte marítimo e movimento pessoal são todos controlados principalmente pelo governo (Neuman, 2022).

APÊNDICE 1.2 A GUIANA E ESSEQUIBO

Assim como a Venezuela, a Guiana também foi avistada pela primeira vez por Cristóvão Colombo em 1498. A Espanha inicialmente reivindicou a área, mas se referiu a ela como a “Costa Selvagem” e fez pouco para estabelecer uma presença dentro dela por causa da dificuldade para entrar a região pelo mar. Nessa época, o país era predominantemente habitado por caribes, akawois, arawaks e warraus. (Ishmael, 2013, pp. 19-22) Várias das mesmas tribos indígenas habitavam e controlavam partes da Venezuela e da Guiana, compartilhando cultura, costumes e meios de subsistência. Os holandeses foram a primeira verdadeira força colonizadora que se estabeleceu na Guiana; isso ocorreu no final do século XVI. Pouco depois que os holandeses estabeleceram uma presença, um pequeno grupo de espanhóis se estabeleceu em uma aldeia indígena que renomeou Santo Thomé na margem sul do rio Orinoco. Esta vila ficava dentro do que viria a ser conhecido como Guiana e permaneceu como a única presença espanhola até 1723 (Ishmael, 2013).

Os holandeses começaram a colonizar a Guiana — e em particular, a região de Essequibo — já em 1580. Em vários mapas espanhóis, holandeses e até mesmo ingleses durante o período entre seu primeiro avistamento e a primeira colonização, a Guiana é demarcada como um território desconhecido. Uma vez que os holandeses se estabeleceram, eles rapidamente colonizaram uma grande parte do que hoje é considerado a região de Essequibo — do rio Orinoco ao rio Corentyn — e continuaram para o leste pelo resto do que hoje conhecemos como Guiana. Grupos indígenas se tornaram amigos rápidos dos holandeses, que os incluíram em seu sistema de governo colonial e para quem os indígenas rapidamente se tornaram ativos inestimáveis. As várias tribos da área conheciam bem o terreno, serviam como excelentes guias e espiões, auxiliavam em tempos de crise, passavam informações sobre incursões espanholas em território holandês de forma eficiente e eficaz, participavam da recuperação de escravos

que haviam fugido das plantações holandesas e geralmente preferiam os holandeses aos espanhóis vizinhos na Venezuela (Ishmael, 2013, pp. 37-90).

No final do século XVIII, a colônia de Essequibo trocou de mãos várias vezes entre holandeses, franceses e ingleses. Em 1796, foi finalmente tomada e mantida pelas forças britânicas; eles posteriormente repartiram terras na região para colonos britânicos até a fronteira holandesa do rio Orinoco. Os espanhóis na Venezuela foram informados disso e tentaram tomar parte do novo território britânico, mas foram repelidos pelas forças britânicas. Os holandeses receberam brevemente a soberania sobre Essequibo de 1802-1803, que foi rescindida e retomada pelos britânicos quando a guerra estourou entre os dois países; os holandeses reconheceram formalmente a soberania britânica em 1814 após um tratado no final da guerra. A partir de então, os britânicos mantiveram a região de Essequibo, eventualmente unindo-a com o que havia sido o resto da Guiana Holandesa como Guiana Britânica. Pouco depois, em 1835, os britânicos contrataram Robert Schomburgk para pesquisar e definir as fronteiras do território de Essequibo recentemente adquirido dos holandeses; isso foi concluído em 1840 e resultou em uma delimitação formal da fronteira ocidental das reivindicações territoriais britânicas, que em grande parte definiu e permanece como a fronteira para o país da Guiana hoje (Ismael, 2013, pp. 35-101).

Os britânicos mantiveram o controle da Guiana durante o século XIX e a maior parte do século XX ao longo de vários conflitos diplomáticos a serem discutidos a seguir sobre as fronteiras exatas da Guiana. Em 1966, durante o desinvestimento de muitas colônias para vários países europeus que se seguiram à Segunda Guerra Mundial por causa de pressão dos EUA, a Guiana declarou com sucesso sua independência dos britânicos, que os britânicos aceitaram e ratificaram logo depois. Isso inaugurou sua era atual como uma república parlamentar — perto do sendo mesmo tipo de governo mantido por seu antigo colonizador, a Grã-Bretanha, com quem também ainda compartilha sua língua oficial (Central Intelligence Agency, 2024).

APÊNDICE 2: TEORIA ADICIONAL A CONSIDERAR: LAMBERT: “SEAPOWER STATES”

Andrew Lambert discute a sua teoria da diferença entre o que ele chama de “Seapower States” e o “Sea Power”²⁵ descrito detalhadamente pelo Almirante Alfred T. Mahan no trabalho de Mahan “The Influence of Sea Power on History”. A sua premissa geral pode ser resumida afirmando que os seus cinco Estados com poder marítimo (Atenas, Cartago, Veneza, os Países Baixos e a Grã-Bretanha) foram todos o que ele chama de “Seapower Grandes Potencias”, mas nem todas as “Sea Powers” são “Seapower States”. Todos os cinco ascenderam durante algum tempo a grandes poderes através da escolha de serem “Seapower States” e, portanto, através da organização cuidadosa e precisa da cultura, dos recursos e de um governo mais liberal e democrático em apoio à construção e manutenção da ameaça assimétrica mas dispendiosa de uma Marinha poderosa, a fim de combater os seus contemporâneos maiores, baseados em terra, que eram capazes de manter exércitos terrestres maiores e mais baratos – mas menos capazes. Cada “Seapower State” também acabou caindo, predominantemente devido a uma extensão excessiva de recursos que sobrecarregou a base econômica primária do sistema estatal do Poder Marítimo (as classes mais ricas, proprietárias de terras e aristocráticas, bem como a renda do império conquistado através do uso do Poder Marítimo) em um esforço para subjugar as principais potências terrestres. Por vezes, o “Seapower State” caiu através da ação direta da grande potência terrestre em questão. Cartago, por exemplo, foi invadida e destruída por Roma; Atenas viu-se à mercê da classe alta, que havia esgotado com os impostos para a sua marinha, ficou sem dinheiro e foi derrotada pelos exércitos espartanos financiados em parte pela Pérsia. Veneza, os Países Baixos e a Inglaterra geriram o seu declínio com mais elegância, embora não sem um imenso custo em sangue e tesouros (Lambert, 2018).

²⁵ A diferenciação que Lambert faz é entre palavras muito semelhantes em inglês, que infelizmente não podem ser traduzidas de forma eficaz diretamente para o português sem confundir a questão. A aproximação mais próxima seria que um “Seapower State” é “Um estado que deriva seu poder e influência do mar”, enquanto um “Sea Power” é “Um estado que detém o poder dentro de suas capacidades e recursos marítimos ou navais”.

Para Lambert, os seguintes são os princípios de um “Seapower State”: são criados conscientemente num processo nacional e centralmente dirigido, liderado por uma elite oligárquica que combina comércio, capital, posição social e terra para alcançar ambições partilhadas; enfatizam o comércio marítimo, que depende das principais rotas comerciais que protegem e das receitas do comércio na vida do Estado, que é oligárquico, progressista, culturalmente avançado e voltado para o exterior; o comércio tem uma parcela significativa do poder político e o estado prioriza as suas forças navais no financiamento e na legislação, ao mesmo tempo que as utiliza para proteger o comércio; Comercializam abertamente, mas utilizam medidas económicas e estabelecem uma carteira limitada de bases ultramarinas que fornecem logística crítica e estão bem fortificadas; empregam estratégias limitadas na guerra, na tentativa de utilizar a menor força para obter o maior efeito, preservando ao mesmo tempo a sua marinha e dependem de mercenários ou aliados numa guerra terrestre; e eles só podem existir com sucesso enquanto existirem vários poderes terrestres que competem entre si (Lambert, 2018).

Lambert resume seu argumento afirmando o seguinte:

“O Seapower ainda é importante [hoje] porque as grandes divisões da política global regressam consistentemente à natureza contrastante dos estados terrestres e marítimos. As tensões contemporâneas entre...as nações comerciais liberais e democráticas do mundo e os seus oponentes – incluindo a Rússia, a China, a Coreia do Norte e o Islão fundamentalista – refletem profundas diferenças culturais entre sistemas continentais de governo autoritário, conformidade ideológica, economias de comando, fronteiras fechadas, e ansiedades profundamente enraizadas sobre o oceano como um vetor para ideias desestabilizadoras...[A] tensão entre a estagnação e o progresso, mentes fechadas e mares abertos, é a maior dinâmica da história humana.... O futuro sempre pertenceu ao seapower, mas essa identidade continua a ser uma questão de escolha.”²⁶ (Lambert, 2018, p. 329, traduza nossa)

Ele articula também que a democracia liberal moderna deve as suas raízes inteiramente ao “Seapower State” e à identidade criada por esses Estados ao longo de história. Embora o Lambert clama que não existam “Seapower Great Powers”

²⁶ Texto original: “Seapower still matters [today] because the great fault lines of global politics consistently return to the contrasting nature of land and sea states. Contemporary tensions between...the liberal, democratic trading nations of the world, and their opponents – including Russia, China, North Korea, and fundamentalist Islam – reflect deep cultural differences between continental systems of authoritarian rule, ideological conformity, command economies, closed borders, and deep-rooted anxieties about the ocean as a vector for destabilizing ideas...[The] tension between stasis and progress, closed minds and open seas, is the single greatest dynamic in human history.... The future has always belonged to seapower, but that identity remains a question of choice.” (Lambert, 2018, p. 329)

remanescentes, o seu legado está incorporado em todo o mundo liberal ocidental, onde a economia de mercado livre, a inclusão política, o Estado de direito e o comércio exterior com economias voltadas para o exterior são a forma de prática económica e governamental. Isto é justaposto com os legados dos seus oponentes baseados em terra de forma muito explícita, chamando a atenção da China, da Coreia do Norte e de outros países no processo. Isto também pode ser visto refletido em vários governos da América do Sul; na verdade, abrange a Guiana e a Venezuela de forma bastante eficaz, como veremos mais tarde, e oferece aos Estados Unidos uma oportunidade de estudarem a si próprios, a região e a crise (Lambert, 2018).

ANEXO 1: MAPAS



ESSEQUIBO REGIÃO

2024

Fonte:

<https://www.britannica.com/place/Essequibo>



VENEZUELA, 1810

Fonte: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20063~590056:Mapa-politico-de-Venezuela%2C-antes-1?sort=Pub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:Codazzi%20Agustin%201793%201859;sort:Pub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=7&trs=67